



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE

Nome do candidato:

Número do documento de identidade:

Número de inscrição:

Sala:

Sequencial:

Concurso Público

Cargo: Juiz de Direito Substituto

Aplicação: 9/9/2007

Primeira Etapa — Prova Objetiva

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima. Em seguida, verifique se ele contém **CEM** questões, correspondentes à prova objetiva, corretamente ordenadas de 1 a 100.
- 2 Caso os dados pessoais constantes neste caderno não correspondam aos seus, ou, ainda, caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 4 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5 A duração da prova é de **cinco horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 6 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início da prova e poderá levar o seu caderno de prova somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término da prova.
- 7 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA (DATAS PROVÁVEIS)

- I **11/9/2007**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tjacjuiz2006.
- II **12 e 13/9/2007** – Recursos (prova objetiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **5/10/2007** – Resultado final da prova objetiva e convocação para a inscrição definitiva: Diário da Justiça do Estado do Acre e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 17 do Edital n.º 1/2006 – TJAC/JUIZ, de 23/11/2006.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tjacjuiz2006.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Nas questões de 1 a 100, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

PROVA OBJETIVA

QUESTÃO 1

1 Premiada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) pelo combate ao trabalho escravo, na categoria instituição, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) 4 tem histórico de 30 anos de luta em defesa dos trabalhadores rurais. A CPT busca ser “porta-voz do grito de desespero dos trabalhadores do campo”, define frei 7 Xavier Passat, coordenador da Campanha de Combate ao Trabalho Escravo da entidade.

Fundada em 1975, em pleno regime militar, como 10 resposta à grave situação dos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, a CPT nasceu ligada à Igreja Católica. Mas já nos primeiros anos a 13 entidade adquiriu caráter ecumênico, com a adesão de outras igrejas cristãs, destacadamente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.

16 Ouvinte atenta dos relatos dos trabalhadores sobre ameaças sofridas por parte de fazendeiros e sobre a situação degradante de sobrevivência a que são 19 submetidos, a entidade apura os fatos e leva as denúncias aos órgãos competentes do Estado para a adoção de medidas. “É um trabalho feito com base na confiança por 22 parte dos trabalhadores quanto à nossa atuação”, diz frei Xavier Passat. Este ano, foram oito mil denúncias. “Recebemos o prêmio como uma força para continuarmos 25 lutando”, afirma.

Internet: <www.ajufe.org.br> (com adaptações).

Em relação ao texto acima, assinale a opção correta.

- Ⓐ Na expressão “em defesa” (ℓ.4), a preposição pode ser substituída, sem prejuízo para a correção gramatical do período, por qualquer um dos termos a seguir: na, de, por, com, à.
- Ⓑ O emprego de vírgula logo após “Passat” (ℓ.7) justifica-se por isolar oração explicativa.
- Ⓒ A presença de preposição em “aos órgãos competentes” (ℓ.20) justifica-se pela regência de “denúncias” (ℓ.19).
- Ⓓ A substituição de “a adoção de” (ℓ.20) por **que sejam adotadas** ou por **que se adotem** mantém a correção gramatical e as informações originais do período.

QUESTÃO 2

Os trechos contidos nas opções abaixo são partes de um texto. Assinale a opção que apresenta **erro** gramatical.

- Ⓐ A primeira instância da justiça federal ressurgiu no Poder Judiciário brasileiro em 1965, pelo Ato Institucional n.º 2. Ela havia sido extinta em 1937 pelo regime do Estado Novo.
- Ⓑ As circunstâncias que marcaram a nomeação dos primeiros juízes federais e a implantação das primeiras varas federais no país será lembrada por aqueles que protagonizaram esses momentos, no Seminário Resgate da Memória da Justiça Federal no Centro Cultural Justiça Federal, no Rio de Janeiro.
- Ⓒ Durante dois dias, especialistas, historiadores, servidores e juízes que atuam ou já atuaram na justiça federal farão um balanço desses 40 anos de sua trajetória e de sua influência na construção da sociedade brasileira.
- Ⓓ Muitos dos juízes que atuaram na fase inicial foram promovidos a desembargadores dos tribunais regionais federais (TRFs), ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou do Supremo Tribunal Federal (STF). Parte deles desfruta hoje sua aposentadoria. Na memória desses magistrados repousa a história vivida na prática.

Opções adaptadas de Internet: <www.ajufe.org.br>.

QUESTÃO 3

1 As primeiras 44 varas federais começaram a ser instaladas em 1967, no ano seguinte ao da edição da Lei n.º 5.010, que criou o Conselho da Justiça Federal e regulamentou o 4 funcionamento da justiça federal. No início, eram apenas 88 juízes federais, todos nomeados pelo presidente da República. Na época, pelo Ato Institucional n.º 2, se esses juízes demonstrassem 7 qualquer “incompatibilidade com os objetivos da Revolução”, podiam ser demitidos.

A trajetória entre esse difícil começo e os dias atuais tem 10 um marco importante, que é a Constituição Federal de 1988. Com ela, consagra-se a democracia no país, e afirma-se de vez a independência da magistratura. A justiça federal passa a ter uma 13 segunda instância regionalizada, com a criação de cinco TRFs.

Outro marco foi a criação dos juizados especiais federais, que começaram a funcionar em 2002. Os juizados passaram a 16 proporcionar ao cidadão uma justiça barata e rápida, sem necessidade de advogado, para o processamento de causas de até 60 salários mínimos. Com eles, a justiça federal abriu suas portas 19 a uma camada da população que até então permanecia à margem do sistema judiciário.

Hoje, a justiça federal conta com 743 varas e juizados 22 especiais federais.

Internet: <www.ajufe.org.br> (com adaptações).

Com base no texto acima, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ O emprego da vírgula logo após “Lei n.º 5.010” (ℓ.2) justifica-se porque a oração subsequente é restritiva.
- Ⓑ O emprego de “se” em “se esses juízes” (ℓ.6) tem valor condicional.
- Ⓒ Na linha 11, a transformação de “consagra-se” e “afirma-se” em **é consagrada** e em **é afirmada**, respectivamente, mantém a correção gramatical do período.
- Ⓓ O termo “eles” (ℓ.18) retoma o antecedente “juizados” (ℓ.15).

Texto para as questões 4 e 5

1 As diferenças das legislações penais dos países, ou
mesmo a ausência de mecanismos comuns para a extradição
de criminosos ou a recuperação de ativos financeiros e bens
4 que organizações criminosas transferem de um país para
outro, são os principais desafios que devem ser enfrentados
para que se verifiquem avanços efetivos na cooperação
7 jurídica internacional. Entre as dificuldades na implementação
da cooperação jurídica, está a tramitação da carta rogatória,
documento expedido pelo juiz a outra autoridade judiciária
10 estrangeira para o cumprimento de atos processuais no
território estrangeiro. O processo é restritivo e lento. O
problema é que não são “algumas” cartas, mas milhares, em
13 razão da expansão do crime transnacional.

As solicitações dos países são, muitas vezes,
incompletas, desorganizadas e refletem a falta de
16 conhecimento em relação à legislação e à jurisprudência do
país para o qual está sendo feita a requisição. E inadequado
que requerimentos de atos processuais urgentes tramitem
19 pela via diplomática, em ambiente não-familiarizado com a
legislação penal. Os países têm importante papel a
desempenhar na cooperação jurídica internacional para que
22 não se transformem em locais seguros de guarda de dinheiro
e de bens ilegais e de refúgio para criminosos.

A confiança, e não a competição, é a base da
25 cooperação jurídica entre os países. As relações entre os
países, para a adoção de mecanismos que permitam a efetiva
cooperação jurídica, devem fundamentar-se na igualdade, e
28 não na desconfiança mútua de violação da soberania. Mais do
que uma questão jurídica, trata-se de um processo político.

Internet: <www.ajufe.org.br> (com adaptações).

QUESTÃO 4

Em relação ao texto, assinale a opção correta.

- A Os principais desafios à cooperação jurídica internacional são a extradição de criminosos e a recuperação de ativos financeiros.
- B A quantidade de cartas rogatórias não constitui empecilho ao desenvolvimento da cooperação jurídica internacional.
- C O emprego de vírgula logo após “incompletas” (ℓ.15) justifica-se por isolar elementos de mesma função gramatical componentes de uma enumeração.
- D O termo “o qual” (ℓ.17) pode, sem prejuízo para a correção gramatical do período, ser substituído por **cujo**.

QUESTÃO 5

Com base no texto, julgue os itens a seguir.

- I A forma verbal “transformem” (ℓ.22) está sendo empregada no subjuntivo por tratar-se de uma ação hipotética.
- II O nível de linguagem adotado no texto é adequado para correspondências oficiais.
- III O termo “de bens” (ℓ.23) constitui complemento do substantivo “locais” (ℓ.22).
- IV Em “fundamentar-se” (ℓ.27), o “se” indica indeterminação do sujeito.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.

Texto para as questões 6 e 7

1 A Convenção das Nações Unidas contra o Crime
Organizado Transnacional, conhecida como Convenção de
Palermo, de 2000, foi apontada como um avanço. Nela, 130
4 países signatários do documento final, entre os quais o Brasil,
assumem o compromisso de definir novos conceitos sobre
esse tipo de crime. O objetivo é impedir que eventuais
7 omissões da legislação facilitem a atuação das organizações
criminosas. O documento trata também da assistência mútua
entre os países e estabelece medidas práticas para que os
10 países realizem cooperação entre si. Também aborda as
investigações conjuntas e técnicas especiais de investigação.

A Convenção de Palermo recomenda, ainda, que os
13 países agravem as sanções contra a corrupção e estabelece as
bases para o confisco, a apreensão e a disposição de bens e
ativos financeiros obtidos por meio de atividades criminosas,
16 também aplicáveis aos equipamentos usados nessas
atividades. São criadas, ainda, disposições especiais sobre a
cooperação internacional nessa área, que representam
19 mecanismos para a recuperação de ativos originados em
atividades criminosas, transferidos para fora do país para
burlar a atuação das autoridades nacionais.

Internet: <www.ajufe.org.br> (com adaptações).

QUESTÃO 6

Assinale a opção correta acerca do texto.

- A O termo “Nela” (ℓ.3) retoma o antecedente “Nações Unidas” (ℓ.1).
- B Mantém-se a correção gramatical do período com a substituição de “os quais” (ℓ.4) por **cujos** ou **os que**.
- C A expressão “esse tipo de crime” (ℓ.6) retoma o antecedente “Crime Organizado Transnacional” (ℓ.1-2).
- D A relação sintática existente entre as duas últimas orações do primeiro parágrafo pode ser expressa pela conjunção **Conquanto**.

QUESTÃO 7

Com base no texto, assinale a opção correta.

- A O emprego do modo subjuntivo em “agravem” (ℓ.13) justifica-se por tratar-se de uma afirmação categórica.
- B O termo “sobre a” (ℓ.17) pode, sem prejuízo para a correção gramatical do período, ser substituído por: **em relação à, à respeito da, no que tange a**.
- C Na expressão “em atividades criminosas” (ℓ.19-20), a preposição “em” pode, sem prejuízo para a correção gramatical do período, ser substituída por qualquer um dos termos a seguir: **de, nas, das**.
- D Em “para fora do país” (ℓ.20) e em “para burlar a atuação” (ℓ.20-21), a preposição “para” tem o mesmo sentido.

QUESTÃO 8

Os trechos contidos nas opções abaixo são partes de um texto. Assinale a opção que apresenta **erro** gramatical.

- A O trabalho escravo, infelizmente uma realidade ainda presente em nosso país, é um dos mais graves atentados à dignidade da pessoa humana, devendo ser combatido sem tréguas pelo poder público e pelos diversos segmentos da sociedade civil.
- B A Associação dos Juizes Federais (AJUFE), instituição comprometida com a promoção do Estado democrático de direito e dos direitos humanos, continuará atuando junto aos órgãos do poder público e da sociedade civil no combate ao trabalho escravo, somando esforços para a erradicação dessa degradante exploração do homem pelo homem.
- C Nesse sentido, a AJUFE dará continuidade ao seu trabalho como membro integrante da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), vinculada à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, acompanhando e propondo adaptações ao Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, que vem se mostrando uma eficiente política de combate a esse crime.
- D Valendo-se de sua importante representatividade no cenário jurídico nacional, a AJUFE renovará seu apoio à tramitação de projetos de emenda constitucional ou de lei relacionado com o combate ao trabalho escravo, em especial a Proposta de Emenda Constitucional n.º 438/2001, que estabelece pena de perdimento da gleba onde for constatada a exploração de trabalho escravo, revertendo a área ao assentamento dos colonos que nela já trabalhavam.

Opções adaptadas de Internet: <www.ajufer.org.br>.

QUESTÃO 9

Entre as opções a seguir, que são partes de um texto, assinale a que se apresenta gramaticalmente correta.

- A Com lançamento marcado para 14 de março, a campanha da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) **Mude um Destino** — em favor das crianças que vivem em abrigos, pretendem chamar a atenção da sociedade brasileira para as crianças e os adolescentes que vivem nessas instituições, distantes do convívio familiar.
- B Entre as várias ações que serão promovidas pela AMB, uma das mais importantes será, o prêmio **Mude um Destino**, que conta com o apoio de renomadas instituições que atuam na área da garantia dos direitos da criança e do adolescente.
- C A idéia é premiar iniciativas bem-sucedidas que promova o retorno das meninas e dos meninos abrigados ao lar natural, destacando a concepção de que o abrigo não é um lugar para permanência definitiva, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- D Além de reconhecer as iniciativas de sucesso, a AMB, ao conceder o prêmio, também se compromete a dar visibilidade a essas práticas, para que elas possam ser replicadas em outras instituições.

Opções adaptadas de Internet: <www.amb.com.br/portal>.

QUESTÃO 10

1 Entidades reunidas no Conselho Federal da OAB decidiram criar o **Fórum Para a Superação da Violência e Promoção da Cultura da Paz**. Diversas entidades, entre as
4 quais a Associação dos Juizes Federais (AJUFE), o Conselho Federal da OAB e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), comprometeram-se a propor medidas para
7 combate à criminalidade e para melhoria da segurança no país.

Na reunião, o presidente da AJUFE disse que existem
10 hoje, no Brasil, mais de 350 mil mandados de prisão que não foram cumpridos. Segundo ele, há também um *deficit* de 90 mil vagas nos presídios construídos no país.

13 O Fórum desenvolverá propostas e cobrará das autoridades medidas para debelar a violência no país, que, no entender dos participantes dessa primeira reunião, não se restringem ao aperfeiçoamento dos dispositivos de segurança nem à lei penal. Entendem que são necessárias, também, políticas públicas voltadas para as famílias, para a educação
16 e a redução das disparidades de renda e desigualdades sociais no país. “É preciso, sobretudo, resgatar os valores que estão se perdendo na sociedade brasileira, principalmente por falta
19 de atenção à dignidade das famílias mais pobres”, conforme observou o secretário-geral da CNBB.

Os participantes da reunião decidiram ainda, por
25 consenso, recomendar ao Congresso Nacional que não adote medidas com base na comoção social, “as quais, a pretexto de combate à violência ou à escalada da criminalidade, possam
28 redundar num Estado policial”, no dizer do presidente nacional da OAB.

Internet: <www.ajufer.org.br> (com adaptações).

Em relação ao texto acima, julgue os itens que se seguem.

- I Segundo os participantes da reunião realizada no Conselho Federal da OAB, as medidas para debelar a violência circunscrevem-se a modificações da lei penal.
- II Em “comprometeram-se” (l.6), o “se” indica indeterminação do sujeito.
- III Na linha 7, o sinal indicativo de crase em “à criminalidade” justifica-se pela regência de “combate” e pela presença de artigo definido feminino.
- IV Na linha 26, o termo ‘as quais’ retoma o antecedente “medidas”.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.

QUESTÃO 11

No que se refere ao controle de constitucionalidade, no âmbito da jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

- Ⓐ O *amicus curiae* tem legitimidade para oferecer embargos de declaração contra acórdão proferido em ação direta de inconstitucionalidade.
- Ⓑ Um acórdão de tribunal de justiça ou de TRF que defira medida liminar comporta recurso extraordinário, o qual deve ficar retido nos autos, sob pena de preclusão, até que sobrevenha a decisão final, quando, então, terá normal seguimento.
- Ⓒ Cabe medida liminar em ação de inconstitucionalidade por omissão.
- Ⓓ Em um processo de arguição de descumprimento de preceito fundamental, por motivos de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, é lícito que o STF restrinja, por maioria de dois terços de seus membros, os efeitos de declaração de inconstitucionalidade ou decida que esta tenha eficácia somente a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.

QUESTÃO 12

Com relação aos direitos e garantias fundamentais e aos precedentes dos tribunais superiores, assinale a opção correta.

- Ⓐ A Emenda Constitucional n.º 45 representou, no que se refere à teoria dos direitos e garantias fundamentais, um grande avanço, já que, a partir dela, os tratados e convenções internacionais passaram a se equiparar às emendas à Constituição, desde que aprovadas em cada uma das casas do Congresso Nacional, em dois turnos, no mínimo, por dois terços dos votos dos respectivos membros, aplicando-se, indiscutivelmente, aos tratados e convenções em vigor na data de sua publicação.
- Ⓑ Não viola o direito fundamental de vedação a tratamento desumano ou degradante, em qualquer hipótese, o uso de algemas pela autoridade policial, já que inexistente tratamento legislativo acerca da matéria, sendo essa norma de eficácia contida.
- Ⓒ O STF entende que não há violação ao direito fundamental que resguarda a intimidade ou a vida privada das pessoas quando o Ministério Público requisita, no âmbito do respectivo procedimento administrativo, informações a instituição bancária oficial visando à defesa do patrimônio público.
- Ⓓ A inviolabilidade do sigilo de correspondência, previsto na Constituição Federal, alcança, inclusive, a administração penitenciária, a qual não pode proceder à interceptação da correspondência remetida pelos sentenciados.

QUESTÃO 13

Assinale a opção correta acerca da organização do Estado.

- Ⓐ A secessão de um estado federado, no âmbito da Constituição Federal, é admitida, desde que haja aprovação da população interessada, por meio de plebiscito, e do Congresso Nacional, por meio de lei complementar.
- Ⓑ Decorre do princípio federativo a vedação constitucional de estabelecimento de limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, podendo a União, mediante lei complementar, estabelecer isenções, reduções ou mesmo diferimentos de tributos federais, devidos por pessoas jurídicas ou físicas de um mesmo complexo geoeconômico ou social.
- Ⓒ Na hipótese de o estado do Acre não cumprir uma ordem judicial expedida pelo competente juiz de direito estadual, é possível a intervenção da União nesse estado, para garantir o livre exercício do Poder Judiciário local, o que depende, nessa situação, de solicitação do respectivo tribunal de justiça endereçada ao STF, que, se entender ser o caso, deve requisitar intervenção ao presidente da República. Nessa hipótese, o decreto interventivo deve ser submetido à assembléia legislativa no prazo de vinte e quatro horas.
- Ⓓ Nos termos da Constituição Federal, a União, os estados, o Distrito Federal (DF) e os municípios devem disciplinar, por meio de lei complementar, os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, devendo a gestão ser consorciada entre os entes consorciados e a comunidade, sendo vedada a transferência de recursos, de pessoal e de bens da União sem que haja a devida contraprestação dos consorciados.

QUESTÃO 14

Considerando a organização do Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- Ⓐ O Conselho Nacional de Justiça, órgão administrativo integrante da estrutura do Poder Judiciário, tem natureza jurídica de órgão de controle interno dos demais órgãos e membros do Poder Judiciário.
- Ⓑ A promoção dos juizes, que ocorre de entrância para entrância, alternadamente, por antiguidade e merecimento, é obrigatória para juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento, desde que o juiz tenha dois anos de exercício na respectiva entrância e integre a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo se não houver, com tais requisitos, quem aceite o lugar vago. Por outro lado, não deve ser promovido o juiz que, mesmo preenchendo tais requisitos, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão.
- Ⓒ As aposentadorias dos magistrados obedecem aos mesmos critérios, requisitos e espécies daquelas previstas para os demais servidores públicos.
- Ⓓ Considere que um juiz tenha sido nomeado para o cargo de desembargador no Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC), em uma das vagas do quinto constitucional. Nessa hipótese, esse juiz não pode tomar posse no cargo de ministro do STJ nas vagas destinadas aos juizes de carreira.

QUESTÃO 15

Quanto aos princípios gerais da atividade econômica, da tributação e do orçamento, assinale a opção correta.

- Ⓐ É um princípio da ordem econômica o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país.
- Ⓑ O IPTU progressivo é cabível apenas em relação a imóvel que não esteja cumprindo sua função social, de acordo com o plano diretor municipal.
- Ⓒ A abertura de crédito extraordinário, no orçamento, deve ser feita sempre por meio de lei.
- Ⓓ As empresas públicas e as sociedades de economia mista submetem-se ao mesmo regime jurídico das empresas privadas.

QUESTÃO 16

Com relação aos Poderes Legislativos da União e do estado do Acre e aos Tribunais de Contas da União e do Estado do Acre, assinale a opção correta.

- Ⓐ Conforme a Constituição Federal, as sessões legislativas do Congresso Nacional devem ocorrer entre 15 de fevereiro e 30 de junho e entre 1.º de agosto e 15 de dezembro.
- Ⓑ O Tribunal de Contas do Estado do Acre é composto por sete conselheiros, quatro dos quais devem ser escolhidos pela Assembléia Legislativa e três, pelo chefe do Poder Executivo estadual, que deve indicar um entre seus auditores, outro entre os membros do Ministério Público que atuem junto a esse tribunal e um terceiro à sua livre escolha.
- Ⓒ O tribunal de contas é um órgão administrativo integrante do Poder Legislativo e, como tal, não tem competência para exercer o controle de constitucionalidade das leis.
- Ⓓ A imunidade parlamentar de deputado estadual não alcança as ofensas proferidas fora da casa legislativa, mesmo quando estas possam ter conexão com a atividade parlamentar.

QUESTÃO 17

Acerca dos partidos políticos, dos direitos políticos e da nacionalidade, assinale a opção correta.

- Ⓐ A denominada cláusula de barreira, cuja constitucionalidade foi afirmada recentemente pelo STF, tem por fim limitar o número de partidos políticos a partir da restrição dos direitos inerentes à função parlamentar, o que fez ressaltar o caráter nacional dos partidos políticos.
- Ⓑ Considere que um parlamentar federal tenha sido condenado pelo juiz de primeiro grau por ato de improbidade, por sentença pendente de recurso, em face de sua atuação como prefeito. Nessa hipótese, o referido parlamentar deve ter seus direitos suspensos imediatamente, após a comunicação da decisão.
- Ⓒ Considere a seguinte situação hipotética. Um cidadão português residente há mais de 5 anos na capital do Acre foi condenado criminalmente por estelionato. Nessa situação, conforme exige a Constituição da República, esse cidadão tem os mesmos direitos dos brasileiros natos, ressalvadas algumas hipóteses, se houver reciprocidade em relação aos brasileiros.
- Ⓓ O presidente do Conselho Nacional de Justiça pode ser brasileiro naturalizado.

QUESTÃO 18

Considere que, na Constituição de determinado estado da Federação, constem, em sua redação atual, os artigos a seguir.

Art. X. A emenda à Constituição estadual deve ser aprovada por maioria de quatro quintos dos deputados estaduais.

Art. Y. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- III educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças com até 5 anos de idade.

Art. Z. Os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

Tendo essa situação hipotética como referência inicial, assinale a opção correta acerca do poder constituinte, da classificação das constituições e da aplicação e interpretação das normas constitucionais.

- Ⓐ Considerando-se o entendimento do STF, a exigência, na referida Constituição estadual, de que o procedimento de reforma constitucional somente ocorrerá se houver aprovação de quatro quintos dos membros integrantes da assembléia legislativa não importa em violação ao poder constituinte derivado decorrente.
- Ⓑ Considere que uma criança de 1 ano de idade precise ficar em uma creche, para que sua mãe possa trabalhar e que o município em que ambas residem ofereça esse serviço público gratuitamente a um número limitado de crianças, já que dispõe de poucos recursos públicos. Nessa situação, a justiça não pode, conforme entendimento do STF, mesmo que devidamente provocada, determinar, com base no inciso III do art. Y, que a municipalidade aceite a matrícula da criança, já que o tema está constricto à discricionariedade da administração e à chamada reserva do possível.
- Ⓒ Na hipótese considerada, a Constituição pode ser corretamente definida como semi-rígida, pois prevê a possibilidade de alteração por meio de *quorum* qualificado.
- Ⓓ A regra contida no art. Y, inciso III, pode ser inserida na chamada segunda geração ou na dimensão dos direitos fundamentais.

Texto para as questões 19 e 20

Por ter praticado ato de improbidade administrativa, conforme a Lei n.º 8.429/1992, uma funcionária foi demitida administrativamente de seu cargo público efetivo estadual, e a respectiva portaria foi publicada em 2/5/1997. Inconformada, a funcionária ingressou com ação judicial visando invalidar o ato de demissão.

QUESTÃO 19

Considerando a situação hipotética abordada no texto, assinale a opção correta acerca do ato administrativo.

- A Se restar demonstrado, no processo judicial, que o ato de improbidade em tela não existiu, o ato administrativo de demissão deve ser revogado, por força da aplicação da teoria dos motivos determinantes.
- B Como a autoridade administrativa pode aplicar as penalidades previstas na Lei n.º 8.429/1992, que trata de improbidade administrativa, a sentença judicial, conforme jurisprudência do STF, deve julgar improcedente o pedido de nulidade do ato por vício de competência.
- C O ato de demissão é classificado como administrativo complexo, uma vez que demanda da vontade de dois órgãos distintos: da comissão de processo administrativo disciplinar e da autoridade administrativa competente para aplicar a punição.
- D A ação judicial em tela deve ser proposta no prazo máximo de 5 anos, a contar da publicação do ato, sob pena de prescrição, por força do decreto n.º 20.910/1932.

QUESTÃO 20

Ainda considerando a situação hipotética abordada no texto, assinale a opção correta quanto ao controle da administração pública.

- A Na hipótese em apreço, a medida judicial mais apropriada para impugnar o ato de demissão da funcionária, independentemente do fundamento do pedido, seria o mandado de segurança, o qual deveria ser impetrado no prazo decadencial de 120 dias, a contar da data de publicação do ato de demissão.
- B Por força de expressa disposição constitucional, compete ao tribunal de contas, para fins de registro e apreciação da legalidade, o procedimento de análise e julgamento dos atos de demissão de servidores públicos.
- C O ato administrativo de demissão de servidor compete à autoridade máxima de cada poder. Essa competência, que pode ser delegada, decorre do poder hierárquico.
- D Por força da decadência prevista exclusivamente na lei do processo administrativo federal, que se estende automaticamente ao âmbito estadual, o ato administrativo em tela poderia ser anulado pela própria administração até 2/5/2002, caso fosse identificado vício de ilegalidade, salvo existência de má-fé.

QUESTÃO 21

A empresa pública municipal Metrô, concessionária de serviço público, contratou, após processo de licitação, um consórcio de construtoras, com o objetivo de construir duas linhas por onde deverão passar os trens do metrô. Porém, durante a execução da obra, uma das estações que estava em construção desabou, gerando diversos prejuízos econômicos aos proprietários de veículos e casas vizinhas.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta acerca do domínio público, da responsabilidade civil do Estado e dos contratos administrativos.

- A A responsabilidade extracontratual da concessionária do serviço público Metrô pelos danos causados aos particulares em face do desabamento é objetiva, por força de dispositivo constitucional.
- B Na hipótese em questão, uma eventual ação de responsabilidade civil extracontratual deve ser proposta contra o município, já que este tem responsabilidade objetiva e subsidiária pelo dano causado, em face da ausência ou da falha na fiscalização da obra.
- C Se a empresa pública Metrô, pessoa jurídica de direito privado, for condenada a pagar pelos prejuízos, é lícito que seus bens sejam imediatamente penhorados, visto que os mesmos são privados e não públicos.
- D Ao contrário do que ocorre em relação aos contratos de concessão de serviço público, não há previsão expressa na Lei n.º 8.666/1993 de que um eventual litígio entre a empresa Metrô e as empresas de construção civil contratadas poderá ser dirimido por meio do instituto da arbitragem.

QUESTÃO 22

João é servidor público detentor de cargo efetivo na administração direta da União e tomou posse no seu primeiro e único cargo público em 2/1/1998. Laura, sua esposa, empregada pública de uma sociedade de economia mista do estado do Acre, está aposentada pelo regime geral, voluntariamente, desde maio de 2003, e recebia, na ativa, uma remuneração de R\$ 30.000,00.

Tendo a situação hipotética acima como referência, assinale a opção correta com relação aos agentes públicos e aos precedentes dos tribunais superiores.

- A O prazo do estágio probatório de João, que se esgotaria em 24 meses, foi automaticamente prorrogado para 1.º/1/2001, pelo advento da Emenda à Constituição n.º 20/1998, a qual fixou novo prazo para aquisição de estabilidade. Não há que se falar, na hipótese, em direito adquirido, pois houve mudança de regime jurídico.
- B O ato de aposentadoria de Laura importou na rescisão automática do contrato de trabalho celetista, sendo necessário o seu imediato afastamento do seu emprego público, sob pena de violação da regra constitucional do concurso público.
- C Os proventos de aposentadoria de Laura estão submetidos ao teto constitucional, mesmo que a empresa pública em que ela trabalhava não receba recursos públicos para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.
- D Na hipótese de João vir a ocupar um cargo de juiz de direito, será lícito que ele acumule esse cargo com apenas uma única atividade, pública ou particular, de professor.

QUESTÃO 23

O estado do Acre ocupa, há mais de 15 anos, uma propriedade rural denominada Reserva Boi-Bumbá. Essa área não foi desapropriada, estando registrada em nome de particulares, muito embora haja uma lei estadual transformando a referida propriedade em área de proteção ambiental.

Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta acerca da desapropriação e dos precedentes dos tribunais superiores.

- A** A hipótese trata de desapropriação indireta. Caso seja julgado procedente o pedido indenizatório do proprietário, o estado do Acre deve ser condenado a pagar juros compensatórios contados desde a efetiva ocupação do imóvel, à taxa de 6% ao ano.
- B** A responsabilidade pelo pagamento do IPTU incidente sobre um imóvel urbano que esteja localizado no interior da propriedade é do proprietário, independentemente da ocupação pelo Estado.
- C** A ação de desapropriação indireta tem prazo prescricional de 5 anos, na forma da lei.
- D** A criação, por lei estadual, da referida área de proteção ambiental importa apenas em limitação administrativa, pela qual não há indenização, mesmo que haja prejuízo econômico em face da referida lei.

QUESTÃO 24

Assinale a opção correta acerca da intervenção do Estado na propriedade.

- A** Um município pode desapropriar um imóvel rural, por utilidade pública, para implantação de colônias ou cooperativas de povoamento ou trabalho agrícola, mediante o pagamento de prévia e justa indenização em dinheiro, sem afetar a competência privativa da União para desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.
- B** O juiz de direito, quando investido das funções de juiz eleitoral, pode solicitar o uso de estabelecimento de ensino privado para realização das eleições. Nessa hipótese, se não houver a concordância do proprietário, é lícito que o juiz, como autoridade administrativa eleitoral, determine a requisição do referido imóvel para realizar as eleições, sem nenhuma indenização em favor do proprietário.
- C** Na desapropriação, para instituir-se servidão administrativa, não são devidos juros compensatórios pela limitação de uso da propriedade.
- D** O tombamento, como instrumento de defesa do patrimônio histórico e artístico, é de competência privativa da União, por intermédio do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

QUESTÃO 25

Acerca de licitações, assinale a opção correta.

- A** A venda de bens públicos móveis se subordina aos seguintes requisitos: interesse público devidamente justificado, avaliação prévia, autorização legislativa e licitação.
- B** Para o desempenho das atividades previstas no contrato de gestão, as organizações sociais que não integram a administração pública podem ser contratadas com dispensa de licitação.
- C** A lei geral de licitações proíbe a venda direta de bens públicos imóveis a particulares, ainda que no âmbito de programas habitacionais de interesse social.
- D** A modalidade de licitação do pregão se aplica às hipóteses de compra de quaisquer bens ou serviços, em todas as esferas da federação.

QUESTÃO 26

Assinale a opção correta acerca de loteamento, zoneamento e direito de construir.

- A** Loteamento não se confunde com desmembramento. Ambos são formas de parcelamento do solo urbano, mas somente o segundo implica a abertura de novas vias de circulação e de logradouros públicos ou, ainda, o prolongamento, a modificação ou a ampliação das vias existentes.
- B** Servidões administrativas, que são instituídas por decisão judicial ou acordo, após publicação do devido decreto do chefe do Poder Executivo, em regra, incidem sobre bens imóveis e têm natureza jurídica de direito pessoal, não sendo necessário o registro imobiliário.
- C** A propriedade do solo abrange a do espaço aéreo e a do subsolo correspondentes, em altura e profundidade úteis ao seu exercício, ressalvadas as exceções previstas na Constituição e em leis especiais. No entanto, a lei federal autoriza o chamado direito de superfície, adotado pela idéia de solo criado, por meio do qual o proprietário pode, de forma onerosa ou não, transferir o direito de construir em favor de terceiro, de forma a satisfazer os interesses definidos pela política urbana.
- D** Se o imóvel urbano, com extensa área, for invadido por um número considerável de pessoas, de boa-fé e com posse ininterrupta por mais de 5 anos, havendo construção de obras e desenvolvimento de serviços, o juiz pode, em vez de determinar a reintegração de posse, determinar licitamente a desapropriação judicial da referida área, ficando a indenização a cargo do respectivo município.

QUESTÃO 27

A respeito dos contratos regidos pelo Código Civil, assinale a opção correta.

- A** O contrato de comissão tem por objeto a aquisição ou a venda de bens pelo comissário, que deve exercer profissionalmente essa atividade, recebendo uma remuneração em decorrência da realização do negócio ou como ressarcimento das despesas efetuadas, quando houver resilição da avença. Esse contrato tem natureza exclusivamente mercantil. Nele, um dos contratantes age em nome e por conta do outro, embora se obrigando para com as pessoas com quem contrata.
- B** No contrato de seguro, a proposta é vinculativa e obrigatória. O teor da apólice deve com ela coincidir, pois, em caso de divergência, prevalecerá o disposto na proposta porque esta é o documento vinculativo do seguro. Assim, se não aceitar acobertar determinado risco constante da proposta de contratação, o segurador deverá, obrigatoriamente, dar ciência desse fato ao segurado.
- C** No contrato de transporte cumulativo de mercadorias, embora o ajuste figure, para o remetente, como se houvesse um único contratado, todos os transportadores respondem solidariamente pelo dano causado ao expedidor, inclusive pelo roubo praticado mediante ameaça exercida com arma de fogo, por se tratar de contrato de resultado e de responsabilidade objetiva.
- D** O objeto do contrato de fiança é determinado pela obrigação cujo cumprimento ela garante, podendo as dívidas garantidas ser atuais ou futuras, totais ou parciais, compreender ou não os seus acessórios e, ainda, garantir obrigações nulas ou naturais, desde que sejam lícitas.

QUESTÃO 28

Ainda a respeito dos contratos regidos pelo Código Civil, assinale a opção **incorreta**.

- A** O princípio da função social nas relações contratuais é vinculante e tem prioridade axiológica sobre qualquer outra regra da disciplina contratual. A função social é considerada um fim para cuja realização ou preservação se justifica a imposição de preceitos inderrogáveis e inafastáveis pela vontade das partes.
- B** Nos contratos onerosos, para que o alienante não responda pela evicção e seja exonerado inclusive da restituição da quantia paga pelo evicto, é necessário que, além da cláusula expressa de exclusão da garantia, o adquirente tenha ciência do risco e o tenha assumido, como é o caso de quem adquire coisa que sabe litigiosa.
- C** Por meio da estipulação em favor de terceiro, poderá o promitente validamente fazer disposições de última vontade, outorgando benefício pecuniário a um terceiro para após a morte do estipulante e, ainda, renunciar ao direito de revogar a estipulação ou substituir o terceiro, bem como exigir do beneficiário uma contraprestação.
- D** A fiança prestada em conjunto a um só débito, salvo ajuste expresso, gera a solidariedade legal entre os fiadores, e não, entre eles e o devedor principal, sendo, portanto, cada um responsável pelo montante total da dívida. Se for estipulado o benefício da divisão, cada fiador será responsável apenas pela parte que expressamente assumiu.

QUESTÃO 29

Acerca do direito das obrigações, assinale a opção correta.

- A** Ocorrendo o inadimplemento de uma obrigação de pagamento em dinheiro, caso a pena convencional e os juros de mora não sejam suficientes para cobrir todos os prejuízos causados pela mora, poderá o juiz conceder indenização suplementar ao credor prejudicado, cumulativamente, para composição do patrimônio desse credor.
- B** É solidária a obrigação quando houver mais de um devedor em obrigação indivisível que se baseie em uma mesma causa ou fundamento jurídico, sendo únicos a natureza e o objeto da prestação, bem como a condição e o prazo para todos os devedores. Assim, o cumprimento da prestação deve ser feito, de forma integral e necessariamente, por todos os devedores conjuntamente, sob pena de extinção da solidariedade e da unidade da prestação.
- C** Na obrigação de restituir, caso a coisa se deteriore, por culpa ou não do depositário, tornando impossível o cumprimento da obrigação, esta será considerada resolvida e o proprietário da coisa deverá recebê-la tal qual se ache, sem direito a indenização.
- D** Se o contrato de compra e venda não possuir cláusula de arrependimento, o valor dado como sinal deve ser considerado como arras confirmatórias do negócio entabulado entre as partes. Se ocorrer a inexecução do contrato por culpa da parte que as prestou, poderá a outra ter o contrato por desfeito, retendo as arras e, ainda, obrigar aquele que deu culpa a responder por perdas e danos.

QUESTÃO 30

Quanto ao direito das coisas, assinale a opção correta.

- A** A promessa de compra e venda é um contrato preliminar bilateral, cujo adimplemento integral pelo promissário comprador gera um dever de outorga de escritura ao promitente vendedor. A promessa como direito real à aquisição surge quando o instrumento público ou particular da promessa de compra e venda é objeto de registro no cartório de registro de imóveis.
- B** O registro de título de aquisição da propriedade no registro imobiliário é condição necessária para a produção de eficácia real ao negócio jurídico. Ele confere ao novo titular a presunção absoluta da propriedade, em virtude do princípio da fé pública do registro imobiliário e, ainda, sana eventuais vícios do negócio originário.
- C** Na composesse, modalidade de posse exercida por várias pessoas sobre o mesmo bem, cada possuidor detém uma parte ideal do bem, exercendo sobre ele a posse plena e exclusiva, podendo, portanto, invocar a proteção possessória contra os compossuidores ou terceiros.
- D** Na constituição da hipoteca convencional sobre determinado imóvel de propriedade comum de várias pessoas, como no caso de um condomínio ou quando esse bem constitui o único imóvel de um espólio, cada proprietário ou cada herdeiro será responsável pelo pagamento tão-somente da dívida relativa ao seu quinhão, podendo resgatar a dívida da parte que lhe cabe.

QUESTÃO 31

Assinale a opção correta acerca do direito de família.

- A** É nulo o casamento celebrado com a inobservância das causas suspensivas, e a declaração da nulidade acarreta a invalidade do casamento a partir da data da sentença que o invalidou. No entanto, o casamento será convalidado e, portanto, produzirá todos os efeitos do casamento válido se restar provado que foi contraído de boa-fé por um ou por ambos os cônjuges.
- B** O cônjuge considerado inocente na ação de separação judicial litigiosa e, por conseguinte, isentado do dever de prestar alimentos ao outro fica exonerado da prestação dos alimentos provisionais, fixados na ação cautelar, a partir da prolação da sentença, na ação principal, que reconheceu a culpa do outro cônjuge. Os alimentos que foram pagos a partir daí serão devolvidos, e os vencidos e não pagos não podem ser objeto do pedido de cumprimento de sentença.
- C** A constituição de nova família com o nascimento de novos filhos caracteriza alteração de fortuna, mas não autoriza a redução do encargo alimentício devido à esposa e aos filhos do primeiro casamento, porquanto constitui encargo livremente assumido.
- D** Se, na ação de separação judicial e na reconvenção em que ambos os cônjuges pleiteiem a dissolução da sociedade conjugal, cada um imputando culpa ao outro pelo rompimento da sociedade conjugal, ainda que não haja comprovação dos motivos apresentados, pode o juiz levar em consideração outros fatos que tornem evidente a insustentabilidade da vida em comum e, diante disso, decretar a separação judicial do casal, sem imputação de causa a nenhuma das partes.

QUESTÃO 32

Quanto ao direito das sucessões, assinale a opção correta.

- A** Na sucessão legítima e na testamentária, ocorre o direito de acrescer, quando a herança for renunciada e, por conseguinte, forem chamados automaticamente à vocação hereditária os herdeiros do renunciante.
- B** Dá-se a sucessão por direito de representação quando certas pessoas são chamadas a suceder parente mais próximo do autor da herança, desde que esse parente esteja na condição de pré-morto, ausente ou incapaz de suceder. A representação é restrita à sucessão legítima e ocorre apenas na linha descendente. Ninguém pode suceder representando o herdeiro renunciante.
- C** Se uma pessoa em estado de viuvez falecer sem ter elaborado testamento conhecido e deixar dois filhos, sendo um pré-morto, e três netos, esses descendentes herdam por direito próprio e cada um deles recebe quota igual da herança.
- D** A sucessão testamentária decorre de expressa manifestação de última vontade, por meio de testamento, no qual o autor da herança tem total liberdade de dispor de seus bens e alterar a ordem da vocação hereditária. Ainda que contenha cláusula proibindo a sua revogação, quando a manifestação de vontade for de natureza exclusivamente patrimonial, o testamento público pode ser feito por intermédio de procurador com poderes especiais.

QUESTÃO 33

A respeito dos atos unilaterais e dos títulos de crédito, assinale a opção correta.

- A** Aquele que receber uma obrigação natural ou uma dívida prescrita fica obrigado a restituir o que indevidamente recebeu. Caso não o faça, aquele que efetuou o pagamento, embora voluntariamente, mas por erro, poderá exigir a repetição do indébito, por meio induzido da ação de repetição.
- B** Os títulos de crédito à ordem não trazem o nome do beneficiário do crédito ali inscrito e por ele representado, sendo permitido que o pagamento se faça àquele que os apresentar e exigir o cumprimento da obrigação.
- C** O título nominativo caracteriza-se pela exigência de que o nome do beneficiário da prestação emergente do título conste do registro próprio nos livros do emitente. Esse título pode ser transferido por endosso que contenha o nome do endossatário ou mediante termo em que conste, além do registro do emitente, a assinatura do proprietário do título e do seu adquirente ou de seus legítimos representantes.
- D** O título ao portador é transmissível pela via do endosso em preto, que equivale à cessão de crédito nele mencionada, sendo permitido que o pagamento se faça ao endossatário nomeado. Para a validade do endosso, dado no verso do título, é suficiente a simples assinatura do endossante.

QUESTÃO 34

A respeito da sentença no processo civil, assinale a opção correta.

- A** Nas ações de reparação de danos provocados por acidente de veículos em via terrestre, pelo procedimento sumário, ainda que o pedido do autor seja genérico, compete ao juiz proferir a condenação em valor determinado, segundo a prova disponível, ou quando seja difícil ou dispendiosa a dita prova, cabendo, portanto, ao sentenciante fixar o valor devido a seu prudente critério.
- B** A liquidação de sentença condenatória genérica tem natureza jurídica de ação, e a decisão que resolve a pretensão de liquidação contém julgamento de mérito, na parte ainda não resolvida, ou seja, a extensão da obrigação e a apuração do valor quantitativo da condenação fazem coisa julgada material e são impugnáveis por apelação, que será recebida no efeito devolutivo.
- C** A execução de sentença que reconheça a existência de obrigação de fazer ou de não fazer e a de entregar coisa será realizada no mesmo processo. No entanto, essa execução não é imediata, visto que depende de requerimento do credor.
- D** O julgamento será *extra petita* quando o juiz deixar de examinar pretensões expressamente formuladas ou quando examinar causa de pedir diversa daquela deduzida na inicial. Em ambos os casos, tais vícios podem ser corrigidos em embargos de declaração ou em apelação, bastando, para tanto, que o tribunal *ad quem* faça a devida adequação da decisão ao pedido do autor.

QUESTÃO 35

A respeito de competência, segundo as disposições do Código de Processo Civil, assinale a opção correta.

- A** Verificando a continência entre ações propostas em separado, qualquer das partes poderá suscitar o conflito positivo de competência, pois é inadmissível que, simultaneamente, mais de um órgão judiciário seja igualmente competente para julgar duas causas que devem receber a mesma solução jurídica.
- B** O réu tem legitimidade para argüir a incompetência relativa por meio de exceção, que pode ser deduzida por petição protocolizada no juízo de domicílio do réu, devendo requerer a remessa da exceção ao juízo onde foi proposta a ação, desde que seu domicílio se encontre no mesmo estado onde a ação foi ajuizada, providência válida para as exceções de incompetência, de suspeição e de impedimento.
- C** Havendo, no contrato de adesão, cláusula de eleição de foro, ela é considerada abusiva, por afastar prévia e convencionalmente a aplicação de norma criada para proteger os interesses das partes contratantes. Em virtude dessa nulidade, o juízo do foro eleito deve declarar de ofício a sua incompetência, em qualquer fase processual, e remeter os autos ao juízo do domicílio do réu.
- D** Perpetuada a competência de determinado juízo sobre uma ação por ele processada, mas conexa com outra já em curso perante juízo preventivo, a exigência do julgamento simultâneo acarreta o deslocamento da causa para este último órgão jurisdicional.

QUESTÃO 36

Acerca dos embargos de terceiro, segundo a jurisprudência do STJ, assinale a opção correta.

- A** Aquele que sofrer turbacão na posse de seus bens por ato de apreensão judicial determinada no processo de conhecimento ou de execução do qual não seja parte poderá opor embargos de terceiros, visando à liberação do bem constricto. Esses embargos têm natureza repressiva, não se prestando, portanto, como interdito proibitório contra ato judicial. Por isso, o terceiro terá de demonstrar a efetiva apreensão judicial para, só depois, ajuizar a ação.
- B** O credor hipotecário poderá, a qualquer tempo, no processo de execução, opor embargos de terceiro contra a arrematação de imóvel gravado com hipoteca; portanto, poderá fazê-lo mesmo depois da assinatura da respectiva carta, desde que comprove que não foi intimado da realização da praça.
- C** Aquele que exercer a posse sobre o imóvel objeto de ação de reintegração de posse dispõe da ação de embargos de terceiros para se opor ao cumprimento do mandado. O prazo para a oposição dos embargos de terceiro que não fez parte do processo nem tinha conhecimento dele inicia-se na data da efetiva turbacão de sua posse sobre o referido bem.
- D** Nos embargos de terceiro, são discutidas as questões referentes à defesa da posse ou da propriedade de coisa do embargante que seja objeto litigioso de uma relação jurídica discutida em processo pendente ou contra execuções alheias. Pode, para isso, o terceiro requerer o reconhecimento de seu direito sobre a coisa disputada pelos litigantes e, ainda, a nulidade da sentença que determinou o esbulho e a liberação do bem da apreensão judicial.

QUESTÃO 37

A respeito do processo de execução, assinale a opção correta.

- A** Nas execuções de títulos extrajudiciais que não sejam embargadas, o juiz imporá ao devedor a obrigação de pagar os honorários de advogado em favor do credor bem como todas as demais despesas delas decorrentes. No entanto, caso o credor desista da execução embargada e a desistência seja homologada, ele deve suportar as despesas processuais e os honorários advocatícios.
- B** Para a caracterização da fraude à execução, exige-se a demonstração, no momento da alienação do bem, de pendente lide e estado de insolvência do devedor. Para tal caracterização, exige-se, ainda, a demonstração da existência do acordo prévio entre o devedor e o adquirente ou a presença do elemento subjetivo da fraude na conduta do devedor, ou seja, a alteração de sua situação patrimonial com o fim de frustrar o pagamento de eventual débito.
- C** O credor pode requerer a remição do bem objeto da execução, depois de sua arrematação em praça ou leilão, oferecendo maior preço do que o que foi pago na alienação judicial. Efetivada a remição, há transferência da propriedade, passando o bem remido a integrar o patrimônio do credor e extinguindo-se a obrigação do devedor.
- D** Tratando-se de execução por título extrajudicial contra a fazenda pública ou contra sociedades de economia mista, ainda que decorrente de crédito de natureza alimentícia, a sentença que rejeitar os embargos do devedor não adquire eficácia enquanto não for submetida à revisão obrigatória.

QUESTÃO 38

Acerca das nulidades no processo civil, assinale a opção correta.

- A** As nulidades absolutas insanáveis, que não podem ser supridas por outro ato de igual efeito, acarretam a nulidade do processo, ainda que o ato processual tenha atingido a sua finalidade. No entanto, o juiz poderá considerá-las para efeito de acolhimento de uma pretensão, ampliando, assim, os limites objetivos da demanda.
- B** Quando o ato processual praticado sem a observação da forma prescrita em lei, sem a cominação expressa de nulidade, não atingir o direito material discutido na lide nem causar prejuízos às partes, o juiz deverá decretar apenas a nulidade do ato viciado e não, de todo o processo.
- C** A nulidade que possa ser retificada ou repetida deve ser conhecida de ofício pelo tribunal quando do julgamento da apelação. Reconhecida a nulidade, o tribunal deve pronunciá-la, ordenando as providências necessárias para a realização ou a renovação do respectivo ato processual. Cumprida a diligência e sanada a nulidade, o julgamento da apelação deverá prosseguir.
- D** A anulação dos atos processuais que contenham vícios sanáveis será requerida por qualquer das partes, inclusive por aquela que lhe deu causa, na primeira oportunidade em que se manifestar nos autos, sob pena de o juiz, de ofício, pronunciar a nulidade e determinar a repetição dos referidos atos.

QUESTÃO 39

A respeito dos recursos, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ A cognição na fase recursal é feita em duas etapas: juízo de admissibilidade e juízo de mérito. Na primeira, o órgão julgador aprecia se estão presentes os requisitos intrínsecos e extrínsecos; sendo verificada a presença de todos eles, o órgão passa à segunda etapa, na qual a cognição volta à pretensão recursal do recorrente.
- Ⓑ Cabe o recurso de agravo contra as decisões interlocutórias proferidas pelo juízo de primeiro grau, sob o regime do instrumento ou da retenção. A parte recorrente deve optar pela retenção quando não houver urgência, e pode o relator, feita equivocadamente a opção, converter o agravo de instrumento em retido por meio de decisão da qual cabe agravo interno ou regimental.
- Ⓒ Não serão cabíveis embargos infringentes se o acórdão proferido no julgamento da apelação, embora por maioria, mantiver sentença definitiva recorrida, confirmar ou anular sentença terminativa ou não conhecer o recurso.
- Ⓓ Para que sejam cabíveis os embargos declaratórios, a decisão judicial, ainda que interlocutória, deve ser obscura, contraditória ou omissa e, uma vez interpostos, tais embargos suspendem o prazo recursal.

QUESTÃO 40

Acerca dos juzizados especiais cíveis (JECs), assinale a opção **incorreta** de acordo com a Lei n.º 9.099/1995.

- Ⓐ Nos procedimentos submetidos a julgamento pelo JEC, o autor poderá formular pedido genérico e o juiz poderá, se não for possível definir o valor da condenação, proferir sentença ilíquida e determinar a liquidação por arbitramento ou por artigos.
- Ⓑ A execução da sentença condenatória transitada em julgado será feita nos próprios autos e na mesma relação jurídica processual, desde que haja solicitação do credor, dispensando-se nova citação do requerido.
- Ⓒ Se o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências, o juiz extinguirá o processo e, se não for provado que a ausência decorreu de força maior, o condenará ao pagamento das custas processuais.
- Ⓓ Caso o devedor seja condenado ao pagamento de quantia certa e não o efetue no prazo legal, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de 10%. A multa moratória incide na execução, ainda que o total ultrapasse o valor de 40 salários mínimos.

QUESTÃO 41

Ainda a respeito dos recursos contra as decisões proferidas no processo civil, assinale a opção correta.

- Ⓐ É cabível recurso extraordinário ou especial, na forma retida, contra decisão interlocutória proferida em agravo de instrumento, em medida cautelar, em cumprimento de sentença ou em processo de execução. Esse recurso somente será processado se for reiterado pela parte no momento da interposição do recurso contra a decisão final.
- Ⓑ Quando o dispositivo do acórdão contiver julgamento por maioria de votos e julgamento unânime e, embora cabíveis, não forem interpostos embargos infringentes, será da data do trânsito em julgado da decisão proferida por maioria de votos que começará o prazo comum para a interposição dos recursos de natureza extraordinária. Havendo decisão sobre questão constitucional e federal no acórdão, a parte deverá interpor, simultaneamente, os recursos extraordinário e especial.
- Ⓒ Para que o recurso especial pela divergência seja admitido, exige-se a demonstração da existência de decisões divergentes, na mesma turma, acerca da mesma tese jurídica. Para tal admissão, exige-se, ainda, que os acórdãos paradigma e recorrido sejam oriundos do julgamento de recurso especial, mandado de segurança ou recurso ordinário constitucional.
- Ⓓ Compete ao presidente do tribunal *a quo* exercer o juízo de admissibilidade dos recursos extraordinários, devendo ele analisar todos os requisitos legais, inclusive quanto à repercussão geral, ou seja, verificar se os efeitos da decisão são capazes de atingir os interesses jurídico e social da coletividade. No entanto, para que seja negada a existência desse requisito, exige-se a manifestação de dois terços dos membros integrantes daquele tribunal.

QUESTÃO 42

Quanto à ação rescisória, assinale a opção correta.

- Ⓐ São cabíveis embargos infringentes contra a decisão que, por maioria, julga improcedente a ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, sob o entendimento de que a decisão rescindenda se baseou em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais superiores.
- Ⓑ O termo inicial do prazo decadencial para a propositura da ação rescisória é contado da publicação da última decisão da causa, salvo em caso de o recurso não ter sido conhecido por intempestividade ou por absoluta falta de previsão legal.
- Ⓒ Na ação rescisória, o autor poderá formular pedido de desconstituição da sentença, e não, do acórdão que confirmou a decisão e julgou improcedente a apelação, desde que fundamente o seu pedido na existência de provas e documentos que não foram analisados quando da prolação da sentença e requeira, além da rescisão, o retorno dos autos à instância de origem para novo julgamento da causa.
- Ⓓ Na ação rescisória de decisão por violação a literal disposição de lei, não é autorizado o reexame dos fatos e das provas que lastrearam a decisão, devendo restar demonstrado, claramente, que a interpretação dada pela referida decisão rescindenda violou o dispositivo legal em sua literalidade, independentemente das divergências e controvérsias que existirem sobre o correto entendimento da lei.

QUESTÃO 43

Acerca de direito civil, assinale a opção correta.

- Ⓐ Considere a seguinte situação hipotética.
Uma embarcação naufragou no rio Amazonas e uma pessoa desapareceu no acidente. Apesar das inúmeras buscas e diligências das autoridades encarregadas da investigação, tal pessoa não foi encontrada.
Nessa situação, é lícito que a mencionada pessoa tenha sua morte declarada sem a exigência da prévia decretação de ausência.
- Ⓑ Há decadência quando ocorre a perda do próprio direito de ação pela inércia do titular que não o exerce no prazo fixado em lei. Nesse caso, o prazo decadencial flui contra quem quer que seja e não sofre suspensão nem interrupção.
- Ⓒ A venda de bem imóvel de avó para neto prescinde do consentimento expresso dos filhos da vendedora, ainda que estes estejam vivos, por não ser o comprador, na data da realização do negócio, herdeiro sucessível, mas apenas descendente de grau inferior. No entanto, se restar provada simulação ou fraude contra os demais herdeiros necessários, o negócio jurídico é anulável.
- Ⓓ A procuração em causa própria tem conteúdo de mandato e tem como objeto a transferência gratuita ou onerosa de direitos ao mandatário ou a terceiros. Ela confere poderes gerais, no exclusivo interesse do outorgante, e tem caráter revogável. No entanto, mesmo os atos praticados pelo mandatário, posteriormente à revogação, não prejudicam os terceiros que com ele contrataram de boa-fé.

QUESTÃO 44

Natália foi denunciada por ter cometido os crimes de dano, disposto no art. 163 do Código Penal, e de furto qualificado pelo concurso de pessoas e emprego de chave falsa, nos termos do art. 155, § 4.º, incisos III e IV, em situação de conexão, pois a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influi na prova da outra infração.

Com base nessa situação, assinale a opção correta.

- Ⓐ Deve-se aplicar a regra do *forum attractionis*, prevalecendo a competência do órgão jurisdicional da infração penal com pena mais grave, isto é, o juízo criminal comum.
- Ⓑ A conexão de crime da competência do juizado especial criminal (JEC) com crime da competência do juízo criminal comum não determina a competência deste juízo, em razão da prevalência da norma constitucional, institucionalizadora dos JECs. Nesse caso, Natália deverá ser processada e julgada por ambos os crimes no JEC.
- Ⓒ Na hipótese, deverá haver desmembramento, isto é, Natália deverá ser processada e julgada pelo crime de dano perante o JEC e pelo crime de furto qualificado perante o juízo criminal comum.
- Ⓓ É competente o juízo criminal comum, não havendo aplicação dos institutos da transação penal, suspensão condicional do processo e composição civil dos danos.

QUESTÃO 45

Roberto, com intenção de matar Marcelo, acelerou seu veículo automotor em direção à vítima, que, em consequência, sofreu traumatismo craneencefálico. Internado em hospital particular, Marcelo, no decurso do tratamento, veio a falecer em virtude de uma broncopneumonia que contraiu nesse período.

Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção que apresenta, respectivamente, a natureza da causa superveniente da morte de Marcelo e o tipo de homicídio doloso pelo qual Roberto deverá responder.

- Ⓐ relativamente independente – consumado
- Ⓑ relativamente independente – tentado
- Ⓒ absolutamente independente – consumado
- Ⓓ absolutamente independente – tentado

QUESTÃO 46

Acerca da parte geral do direito penal, julgue os itens a seguir.

- I Crimes a distância são aqueles em que a ação ou omissão ocorre em um país e o resultado, em outro.
- II Se for praticado crime contra o patrimônio por dois agentes, sem violência ou grave ameaça à pessoa, e um dos autores do crime restituir a coisa por ato voluntário, antes do recebimento da denúncia, a causa de redução da pena relativa ao arrependimento posterior comunicar-se-á ao co-autor.
- III De acordo com o entendimento do STJ, é pacífico que a vítima de um delito pode também figurar como coatora.
- IV O agente inimputável submetido a medida de segurança por sentença será considerado reincidente caso venha a praticar novo fato típico e antijurídico.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ I e III.
- Ⓒ II e IV.
- Ⓓ III e IV.

QUESTÃO 47

Acerca de aspectos relacionados à aplicação da pena, assinale a opção correta.

- Ⓐ O condenado, para fazer jus ao livramento condicional, deve atender a requisitos objetivos e subjetivos previstos na legislação ordinária. No que tange ao requisito da reparação civil do dano, previsto no Código Penal, entende o STF que, para o livramento condicional, basta a apresentação da certidão negativa em favor do condenado, provando que inexistiu ação indenizatória da vítima postulando a reparação.
- Ⓑ A pena de 30 anos de reclusão, resultante da unificação autorizada pelo Código Penal, deve servir de parâmetro ao magistrado para a concessão do benefício do livramento condicional, segundo entendimento do STF.
- Ⓒ A perda da arma utilizada para a prática de um delito pelo qual o réu é condenado é efeito da condenação, sendo necessário, todavia, pronunciamento expresso do juiz nesse sentido.
- Ⓓ De acordo com precedentes do STF, é lícito ao juiz criminal denegar a suspensão condicional da pena em face da existência de outra ação penal em curso contra o réu, o que caracterizaria *maus antecedentes*. Nessa hipótese, caso o réu seja, posteriormente, absolvido na segunda ação penal, ele poderá requerer o *sursis* na instância própria, com base no novo fato.

QUESTÃO 48

As proibições penais somente se justificam quando se referem a condutas que afetem gravemente a direitos de terceiros; como consequência, não podem ser concebidas como respostas puramente éticas aos problemas que se apresentam senão como mecanismos de uso inevitável para que sejam assegurados os pactos que sustentam o ordenamento normativo, quando não existe outro modo de resolver o conflito.

Oscar Emilio Sarrule. *In: La crisis de legitimidad del sistema jurídico penal (Abolicionismo o justificación)*. Buenos Aires: Editorial Universidad, 1998, p. 98.

Em relação ao princípio da lesividade, tratado no texto acima, assinale a opção **incorreta**.

- A** De acordo com parte da doutrina, o tipo penal relativo ao uso de substância entorpecente viola apenas a saúde individual e não, a pública, em oposição ao que recomenda o princípio da lesividade.
- B** Exemplo de aplicação do princípio da lesividade foi a entrada em vigor da lei que aboliu o crime de adultério do ordenamento jurídico-penal.
- C** Uma das vertentes do princípio da lesividade tem por objetivo impedir a aplicação do direito penal do autor, isto é, impedir que o agente seja punido pelo que é, e não pela conduta que praticou.
- D** Com base no princípio da lesividade, o suicídio não é uma figura típica no Brasil.

QUESTÃO 49

Julgue os itens seguintes, relativos aos crimes de imprensa.

- I De acordo com jurisprudência do STJ, caracteriza crime de imprensa, e não delito contra a honra previsto no Código Penal, a conduta do agente que faz publicar, em jornal, na seção de classificados particular, anúncio ofensivo à reputação alheia.
- II Os tipos penais previstos na Lei de Imprensa admitem apenas a modalidade dolosa, não havendo previsão de crimes culposos.
- III De acordo com a Lei de Imprensa, é punível a calúnia contra a memória dos mortos.
- IV O pedido de explicações não interrompe o prazo decadencial de 3 meses para o oferecimento de queixa-crime nos crimes de imprensa. Ao contrário, o pedido de resposta judicial interrompe o prazo decadencial para oferecimento de queixa ou representação nos crimes de imprensa, de acordo com a lei.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1.
- B** 2.
- C** 3.
- D** 4.

QUESTÃO 50

Julgue os seguintes itens, acerca dos crimes contra a ordem tributária.

- I Os crimes contra a ordem tributária são materiais, pois, sem que ocorra a efetiva sonegação fiscal, não haverá conduta típica e, conseqüentemente, não se consumará o crime.
- II A representação para fins penais dos crimes contra a ordem tributária é condição de procedibilidade para o exercício da ação penal pelo Ministério Público.
- III De acordo com entendimento do STF, a adesão ao programa de recuperação fiscal REFIS II acarreta a suspensão da punibilidade dos crimes contra a ordem tributária.
- IV De acordo com entendimento do STF, o crime contra a ordem tributária absorve os crimes de falsidade ideológica necessários à tipificação desse crime.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e IV.
- D** III e IV.

QUESTÃO 51

Julgue os itens a seguir, a respeito dos crimes de furto, com base no entendimento dos tribunais superiores.

- I Se o ladrão é preso em decorrência de perseguição, imediatamente após a subtração da coisa, sem lograr ter a posse mansa e pacífica da *res furtiva*, ele responderá por furto consumado.
- II Adota-se a teoria da *amotio*, segundo a qual o crime se consuma quando o agente desloca ou remove a *res furtiva* da esfera de vigilância da vítima, ainda que o agente não tenha a posse mansa e pacífica da mesma.
- III Pela teoria da *aprehensio*, para a consumação do crime de furto basta que o acusado coloque a mão sobre a *res furtiva* com o ânimo de subtraí-la.
- IV De acordo com a teoria da *ablatio*, consuma-se o crime apenas com a retirada do bem da esfera de vigilância da vítima.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1.
- B** 2.
- C** 3.
- D** 4.

QUESTÃO 52

Acerca dos crimes previstos nas leis penais especiais, assinale a opção correta.

- A Com relação ao crime de abuso de autoridade, inexistente condição de procedibilidade para a instauração da ação penal correspondente.
- B A nova Lei de Drogas (Lei n.º 11.343/2006) estabelece um rol de penas possíveis para a pessoa que adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para uso pessoal, drogas ilícitas. Para determinar se a droga se destinava ao consumo pessoal, o juiz observará apenas a natureza e a quantidade da droga.
- C O STF admite, em casos excepcionais, a fixação de regime integralmente fechado para o cumprimento da pena de condenados por crimes hediondos.
- D Sendo crime próprio, o crime de tortura é caracterizado por seu sujeito ativo, que deve ser funcionário público.

QUESTÃO 53

A respeito do entendimento do STF quanto à aplicação do princípio *nemo tenetur se detegere*, assinale a opção **incorreta**.

- A O comportamento adotado pelo réu durante o processo, na tentativa de defender-se, não se presta a agravar-lhe a pena.
- B O silêncio do acusado, durante o processo, não pode ser interpretado em seu desfavor.
- C A falta de advertência do direito ao silêncio do acusado não contamina a prova consistente em confissão obtida em conversa informal, gravada de modo explícito, entre o inquiridor e o acusado.
- D Não pode o indiciado ou acusado ser compelido a fornecer padrões gráficos de próprio punho para exames periciais.

QUESTÃO 54

Assinale a opção correta a respeito dos recursos no processo penal.

- A Se o juiz criminal rejeitar a denúncia e o Ministério Público recorrer da decisão, poderá o juiz, em juízo de retratação e no prazo de 2 dias, reformar a decisão recorrida, recebendo a denúncia. Nesse caso, a outra parte poderá, por simples petição, recorrer da nova decisão, não cabendo novo juízo de retratação.
- B Com relação ao momento em que se considera recebida a denúncia, valerá o acórdão que dá provimento ao recurso em sentido estrito contra a decisão de rejeição da denúncia, em qualquer hipótese e, desde logo, por seu recebimento.
- C No juizado especial criminal, cabe apelação da decisão que rejeitar a denúncia, que poderá ser julgada por turma de três juizes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do juizado.
- D No recurso em sentido estrito, poderá o recorrente declarar, na petição ou no termo, ao interpor o recurso, que deseja arrazoar na superior instância. Nesse caso, serão os autos remetidos ao tribunal *ad quem*, onde será aberta vista às partes, após notificadas pela publicação oficial e observados os prazos legais.

QUESTÃO 55

Com base no entendimento do STF acerca de inquérito policial (IP), assinale a opção **incorreta**.

- A Se o IP for instaurado com base em apreensão ilícita de documentos, o eventual vício na primeira apreensão não contaminará a segunda, se esta for precedida de autorização judicial. Assim, não caberá o trancamento do inquérito.
- B O STF tem acolhido a tese do arquivamento implícito do IP. Assim, não cabe aditamento à denúncia, após o seu recebimento, para incluir-se, na relação processual, quem também participou da ação criminosa, mas não foi, desde o início, denunciado pelo Ministério Público.
- C O arquivamento do IP, em regra, não faz coisa julgada nem causa preclusão, pois se trata de uma decisão tomada *rebus sic stantibus*.
- D Quando o IP é arquivado com base na atipicidade do fato, tal decisão tem eficácia de coisa julgada material e gera preclusão, mesmo que a decisão seja emanada de juiz absolutamente incompetente, o que impede a instauração de processo que tenha por objeto os mesmos fatos.

QUESTÃO 56

Acerca da sentença penal condenatória, assinale a opção correta.

- A Sentença subjetivamente plúrima é aquela proferida por órgão colegiado heterogêneo, como ocorre no tribunal do júri, em que os jurados decidem sobre o crime, e o juiz, sobre a pena a ser aplicada ao condenado.
- B Aplicando o princípio *iuria novit curia*, o juiz poderá corrigir a classificação legal do fato corretamente descrito na denúncia, ainda que tenha de aplicar pena mais grave, sem necessidade de oitiva prévia das partes.
- C A aplicação da *emendatio libelli*, por ocasião da sentença penal condenatória, é lícita ao magistrado nos crimes de ação penal pública, mas não nos crimes de ação penal privada.
- D Se o juiz, com base no Código de Processo Penal (CPP), que dispõe sobre a *mutatio libelli*, der vistas ao Ministério Público para aditar a denúncia, mas o promotor não o quiser, deverá o juiz proferir sentença penal absolutória.

QUESTÃO 57

Com base no entendimento dos tribunais superiores, julgue os itens que se seguem, a respeito da competência no processo penal.

- I Compete ao tribunal de justiça do estado processar e julgar *habeas corpus* impetrado contra ato emanado de turma recursal.
- II É da justiça federal a competência para processar e julgar crime de revenda de derivados de petróleo em desacordo com as normas estabelecidas na forma da lei.
- III Acerca de crime de atentado à segurança do transporte aéreo, o STJ firmou o entendimento de que a competência para processar e julgar eventuais crimes praticados pelos pilotos é da justiça comum estadual.
- IV A competência para processar e julgar indígena acusado de furto qualificado de duas reses de gado de propriedade particular é da justiça federal.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.

QUESTÃO 58

Assinale a opção correta acerca do direito processual penal.

- Ⓐ Considere que Lauro tenha contratado o advogado Márcio para contestar uma ação cível. A contestação foi regularmente apresentada pelo causídico, não tendo sido assinada por Lauro. Posteriormente, o autor da ação cível, Reginaldo, ajuizou ação penal privada, imputando a Lauro o crime de calúnia, com base no excesso de linguagem verificado por ocasião da apresentação da contestação. Nessa situação, o magistrado criminal deverá rejeitar liminarmente a queixa-crime, sob o argumento de falta de legitimação passiva *ad causam*.
- Ⓑ No que tange aos processos incidentes, especificamente à exceção de suspeição, o juiz deve ser considerado suspeito, assim devendo se declarar, caso contrário poderá ser recusado por qualquer das partes, por meio da mencionada exceção, se possuir amizade íntima com o representante do Ministério Público que officie no feito.
- Ⓒ Se o réu teve integral ciência do fato delituoso que lhe é imputado, inclusive nomeando advogado na fase do inquérito, dispensa-se sua citação por ocasião do recebimento da denúncia.
- Ⓓ Não é permitida a prisão preventiva de eleitor, desde cinco dias antes até 48 horas após as eleições, exceto se o mandado seja decorrente de prisão decretada anteriormente a tal prazo, ou em caso de flagrante delito ou, ainda, em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável.

QUESTÃO 59

A respeito do procedimento no júri, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, ainda que o tribunal do júri venha a desclassificar o crime.
- Ⓑ A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, ainda que, posteriormente, seja anulada em face de recurso da defesa.
- Ⓒ A decisão de impronúncia não gera qualquer efeito patrimonial. Assim, não impede a responsabilidade civil do réu impronunciado, postulada por intermédio da ação civil *ex delicto*.
- Ⓓ A despronúncia pode ocorrer quando o juiz reconsidera a decisão de pronúncia em face de recurso em sentido estrito interposto pelo réu.

QUESTÃO 60

Com relação a procedimentos presentes no CPP, assinale a opção correta.

- Ⓐ Mesmo extinta a punibilidade, no decorrer do processo, em relação ao delito do processo principal, deve o juiz julgar a exceção da verdade interposta.
- Ⓑ O procedimento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, previsto no CPP, será cabível para todos os crimes praticados por servidor público, desde que comprovada essa condição.
- Ⓒ No procedimento comum, as partes poderão oferecer documentos a qualquer momento, até o final da fase probatória, sendo vedado às partes oferecer documentos por ocasião das alegações finais.
- Ⓓ Com relação ao procedimento previsto na nova Lei de Drogas, tratando-se de crime de fabricação de objeto destinado à preparação de drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, o juiz, ao receber a denúncia, poderá decretar o afastamento cautelar do denunciado de suas atividades, se este for funcionário público, comunicando o fato ao órgão respectivo.

QUESTÃO 61

Com relação ao ato infracional disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a opção correta.

- Ⓐ Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime, mas não a descrita como contravenção penal.
- Ⓑ Como medida específica de proteção, constatada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá determinar a colocação do adolescente em família substituta.
- Ⓒ Com relação ao procedimento dos atos infracionais, nos termos do ECA, é desnecessária a defesa técnica por advogado, desde que seja nomeado curador para o menor infrator, ainda que leigo.
- Ⓓ Após a verificação da prática de ato infracional, a autoridade poderá aplicar ao adolescente algumas medidas, entre as quais não se inclui a obrigação de reparar o dano.

QUESTÃO 62

Com relação à representação para aplicação de medida socioeducativa pelo Ministério Público, em casos de prática de ato infracional, à luz do ECA, assinale a opção correta.

- Ⓐ A representação depende de prova pré-constituída da autoria e materialidade, sob pena de ser rejeitada.
- Ⓑ O prazo máximo para a conclusão do procedimento para apuração de ato infracional, estando o adolescente internado provisoriamente, será de 45 dias, prorrogável uma única vez por igual período.
- Ⓒ O Ministério Público, caso entenda não ser o caso de oferecimento da representação para aplicação de medida socioeducativa, poderá promover o arquivamento dos autos ou conceder a remissão.
- Ⓓ Oferecida a representação, a autoridade judiciária designará audiência de apresentação do adolescente, somente após a qual decidirá sobre a decretação ou manutenção da internação.

QUESTÃO 63

Acerca dos recursos relativos aos procedimentos afetos à justiça da infância e juventude, assinale, com base na legislação pertinente, a opção correta.

- Ⓐ Para a interposição dos recursos, é necessária a comprovação de prévio preparo.
- Ⓑ Em todos os recursos, salvo o de agravo de instrumento e o de embargos de declaração, o prazo para interpor e para responder é sempre de dez dias.
- Ⓒ A apelação, em regra, é recebida nos efeitos devolutivo e suspensivo.
- Ⓓ Os recursos têm preferência de julgamento e neles funcionam um relator e um revisor.

QUESTÃO 64

Um dos temas que têm trazido grandes preocupações ao Poder Legislativo federal tem sido a concessão de tratamento diferenciado para as microempresas e para as empresas de pequeno porte. Nesse sentido, foram inseridas no texto constitucional algumas regras que atribuem à lei complementar competência para instituir um regime único de arrecadação dos impostos e das contribuições. Assinale a opção **incorreta** acerca da previsão constitucional de tratamento diferenciado por meio de lei complementar.

- Ⓐ O regime único de arrecadação não permitirá o direito de opção para o contribuinte.
- Ⓑ A lei complementar poderá estabelecer condições de enquadramento diferenciadas por estado.
- Ⓒ No regime único, o recolhimento será unificado e centralizado.
- Ⓓ No regime único, a distribuição da parcela de recursos pertencentes aos respectivos entes federados será imediata.

QUESTÃO 65

Apesar da autonomia política de que gozam os estados e municípios, o texto original da Constituição Federal vem sofrendo alterações no sentido de se elevar o poder da União de legislar em matéria tributária que afeta os âmbitos estaduais e municipais. Assinale a opção **incorreta** com relação ao objeto de previsão constitucional relativa a esse tema.

- Ⓐ A União pode, por meio de lei complementar, instituir um regime único de arrecadação dos impostos e das contribuições da União, dos estados, do DF e dos municípios, para as microempresas e para as empresas de pequeno porte.
- Ⓑ Apesar de ser proibido à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, é admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do país.
- Ⓒ A União não pode instituir isenções de tributos da competência dos estados, do DF ou dos municípios.
- Ⓓ A União não pode fixar as suas alíquotas máximas do imposto sobre serviços de qualquer natureza.

QUESTÃO 66

Um sistema tributário envolve não apenas as atribuições para instituir tributos e as limitações ao poder de tributar, mas abrange, ainda, a repartição da receita arrecadada. Com relação a essa repartição, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Parte do produto da arrecadação do imposto estadual sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no território de um município pertence a esse município.
- Ⓑ Parte do produto da arrecadação do imposto estadual sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação é distribuída entre os municípios do respectivo estado.
- Ⓒ Parte do produto da arrecadação do imposto federal sobre renda e proventos de qualquer natureza é distribuída igualmente entre estados e municípios.
- Ⓓ Parte da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico sobre petróleo, derivados e combustíveis é distribuída entre estados e municípios.

QUESTÃO 67

Consoante o Código Tributário Nacional, a competência tributária é indelegável. Todavia, a União pode atribuir a determinado estado as funções de arrecadar ou fiscalizar tributos. Relativamente a essas funções, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Além de atribuir as funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, a União pode ainda conferir a de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária.
- Ⓑ Ao atribuir as funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, a União estará concedendo ao estado, ainda, as garantias e os privilégios processuais que lhe competem.
- Ⓒ A União pode, a qualquer tempo, por ato unilateral seu, revogar a atribuição.
- Ⓓ A União pode delegar competência tributária do encargo ou da função de arrecadar tributos a pessoas de direito privado.

QUESTÃO 68

Quanto à responsabilidade tributária de terceiros, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Os empregados são solidariamente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados por eles com excesso de poderes.
- Ⓑ Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo espólio, o inventariante responde solidariamente com aquele, nos atos em que intervier.
- Ⓒ Se um diretor de uma sociedade por ações age contrariamente ao disposto no estatuto social, ele torna-se pessoalmente responsável pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes daqueles atos praticados.
- Ⓓ Os pais, dependendo dos atos que praticarem, podem ser tributariamente responsabilizados, tanto solidária quanto pessoalmente, pelo cumprimento das obrigações tributárias de seus filhos.

QUESTÃO 69

Entre as formas de extinção do crédito tributário está a compensação. Relativamente às regras sobre esse instituto, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ A compensação somente pode ser instituída por lei, sendo facultado que a norma determine as garantias necessárias à operação.
- Ⓑ A compensação mediante o aproveitamento de tributo objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo não é permitida, a menos que a ação seja julgada favorável a ele em duplo grau de jurisdição.
- Ⓒ Para promover a compensação, o sujeito passivo deverá oferecer créditos líquidos e certos contra a fazenda pública.
- Ⓓ Os créditos contra a fazenda pública utilizáveis na compensação podem ser tanto os vencidos como os vincendos.

QUESTÃO 70

Os crimes praticados por funcionário público contra a ordem tributária **não** incluem

- A o recebimento, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de iniciar seu exercício, mas em razão dela, de vantagem indevida, para deixar de lançar ou cobrar tributo ou contribuição social.
- B a utilização ou a divulgação de programas de processamento de dados que permita ao sujeito passivo da obrigação tributária possuir informação contábil diversa daquela que é, por lei, fornecida à fazenda pública.
- C o extravio de livro oficial, processo fiscal ou qualquer documento de que tenha a guarda em razão da função.
- D o patrocínio, direto ou indireto, de interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público.

QUESTÃO 71

A respeito da organização e do funcionamento da justiça eleitoral, nos termos disciplinados no Código Eleitoral, assinale a opção correta.

- A O juiz eleitoral é competente para proceder ao registro de candidatos às eleições municipais.
- B A jurisdição eleitoral pode ser corretamente assinalada a um juiz do trabalho.
- C Uma pessoa designada para o cargo de escrivão eleitoral não pode ser irmão de candidato às eleições que ocorrerem no mesmo período dessa designação. Não há, entretanto, qualquer restrição legal quanto à relação de matrimônio nesse caso.
- D A expedição de títulos eleitorais e a transferência de domicílios eleitorais competem exclusivamente aos tribunais eleitorais.

QUESTÃO 72

Considerando a mudança do domicílio de eleitor, conforme o Código Eleitoral, assinale a opção **incorreta**.

- A O requerimento de transferência deve ser protocolizado, no mínimo, 100 dias antes de uma eleição.
- B O eleitor deve ter domicílio eleitoral em determinada seção por um ano, pelo menos.
- C O eleitor deve residir no local do novo domicílio eleitoral há, pelo menos, três meses.
- D No caso de remoção de servidor militar, o prazo de residência no local do novo domicílio eleitoral é ampliado em três meses.

QUESTÃO 73

Um deputado federal que tenha o seu mandato cassado pela Câmara dos Deputados tem os direitos políticos restritos pelo prazo de oito anos e, nesse caso,

- A perde todos os seus direitos políticos e também o de ocupar cargo no serviço público federal.
- B poderá ser detentor de novo mandato eletivo após o fim da legislatura em que sofreu a cassação.
- C perde a capacidade eleitoral passiva, mas não a capacidade eleitoral ativa.
- D somente poderá candidatar-se a outros cargos que não o de deputado federal, tais como o de vereador ou de senador, por exemplo.

QUESTÃO 74

Com relação ao sistema eleitoral vigente no Brasil, nos termos da Constituição Federal, da Lei Eleitoral e do Código Eleitoral, assinale a opção correta.

- A Para quaisquer cargos, o Brasil adota o sistema proporcional.
- B As eleições para presidente e governador, nos estados menos populosos, podem ser realizadas em apenas um turno, ainda que nenhum candidato alcance maioria absoluta dos votos válidos.
- C O sistema majoritário é adotado exclusivamente nas eleições municipais.
- D O sistema brasileiro, para a eleição aos cargos de vereador e deputado, estadual ou federal, é o proporcional de listas abertas.

QUESTÃO 75

Após as eleições de 2006, o STF declarou a inconstitucionalidade da chamada cláusula de barreira, prevista na Lei n.º 9.096/1995 — Lei dos Partidos Políticos. Conforme essa cláusula, somente teria direitos políticos plenos o partido que

- A alcançasse 5% dos votos nas eleições para deputado estadual, em nove estados diferentes.
- B alcançasse 5% dos votos nas eleições para deputado federal, computados nacionalmente, e 2%, pelo menos, em nove estados diferentes.
- C obtivesse 5% dos votos em eleições majoritárias, computados nacionalmente.
- D elegeesse deputados federais em nove estados diferentes e alcançasse 5% dos votos em todos eles.

QUESTÃO 76

Nas eleições para cargos proporcionais, um partido político que não participa de coligação somente pode lançar um número determinado de candidatos, conforme a Lei Eleitoral n.º 9.504/1997. A esse respeito, assinale a opção correta.

- A É lícito que um partido lance até 36 candidatos a deputado estadual de uma assembleia legislativa com 24 integrantes.
- B É permitido que um partido lance somente até 14 candidatos a vereador nas eleições para uma câmara municipal com 14 integrantes.
- C O número de candidatos de um partido não-coligado, em eleições para uma assembleia legislativa, é limitado a duas vezes o número de vagas em disputa.
- D Em eleições municipais, é lícito que um partido não-coligado lance um número de candidatos a vereador que corresponda ao número total de integrantes da câmara municipal, acrescido de 30% de candidaturas femininas.

Texto para as questões 77 e 78

Antônio, com 14 anos de idade, Bonifácio e Clóvis, maiores e capazes, são primos e decidiram constituir a sociedade limitada Completa Serviços Gerais Ltda., para prestar serviços a pessoas jurídicas de direito público e privado. Em razão de Clóvis ter passado por crise econômico-financeira, Bonifácio sugeriu a inclusão de uma cláusula no contrato social que dispensasse Clóvis da contribuição para a formação do capital social. Após concluído, o contrato social foi lavrado por escritura pública.

QUESTÃO 77

Tendo como referência inicial a situação hipotética apresentada no texto, assinale a opção **incorreta** acerca das normas atinentes ao empresário e à sociedade empresária.

- A Antônio somente poderá ser admitido como sócio se for devidamente representado, se não lhe forem atribuídos poderes de administração e se o capital social estiver totalmente integralizado.
- B Tendo sido lavrado por escritura pública, o contrato social da Completa Serviços Gerais Ltda. somente pode ser eventualmente alterado por instrumento público.
- C É ilícita a inclusão, no contrato social, da cláusula que dispensou Clóvis de contribuição para a formação do capital social.
- D Para obter o registro na junta comercial competente, o contrato social de Completa Serviços Gerais Ltda. deve ser *vistado* por advogado regularmente inscrito na OAB.

QUESTÃO 78

Com relação à situação apresentada no texto e com base nas normas que disciplinam a sociedade limitada, assinale a opção correta.

- A O contrato social da Completa Serviços Gerais Ltda. pode prever sua regência supletiva pelas normas das sociedades anônimas.
- B Bonifácio somente poderá ceder suas quotas sociais a um dos sócios diante da anuência do terceiro sócio, se o contrato social for omissivo a esse respeito.
- C As quotas da Completa Serviços Gerais Ltda. são impenhoráveis por expressa disposição legal, já que se trata de uma sociedade limitada.
- D As quotas da Completa Serviços Gerais Ltda. são divisíveis em relação à referida sociedade.

QUESTÃO 79

A EBRAS Industrial S.A. é sociedade que admite a livre negociação de seus valores mobiliários na bolsa de valores. Deusmar era acionista da EBRAS Industrial S.A. e, ao falecer, deixou duas herdeiras: Beatriz e Cecília.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção **incorreta** quanto à disciplina normativa das sociedades anônimas.

- A Ao herdarem as ações da EBRAS Industrial S.A., Beatriz e Cecília se tornarão acionistas dessa pessoa jurídica.
- B Um acordo de acionistas que verse quanto à compra e à venda das ações da EBRAS Industrial S.A. somente vinculará essa sociedade se estiver devidamente arquivado na sede da referida companhia.
- C As bolsas de valores, onde são negociados os valores mobiliários emitidos pela EBRAS Industrial S.A., são instituições civis sem fins lucrativos.
- D Os titulares de ações preferenciais das sociedades anônimas têm sempre direito a voto nas assembleias.

QUESTÃO 80

Laura firmou contrato de alienação fiduciária em garantia com certa instituição financeira, tornando-se fiel depositária de veículo automotor.

Tendo como referência a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta acerca das normas que regem o contrato de alienação fiduciária em garantia.

- A Esse tipo de contrato constitui venda a crédito com reserva de domínio.
- B Se o automóvel citado já integrava o patrimônio de Laura, então este não pode ser objeto do referido contrato.
- C É nula uma cláusula contratual que autorize a instituição financeira a ficar com o veículo automotor alienado em garantia se a dívida não for paga por Laura na data do vencimento.
- D Caso aliene a terceiro o automóvel objeto do contrato de alienação fiduciária em garantia, Laura estará sujeita apenas a sanções civis.

QUESTÃO 81

Ênio deve R\$ 500,00 a Flora, que possui dívida com Frederico pela mesma quantia. Assim, Flora emitiu letra de câmbio, pagável a certo termo de vista, para que Ênio pagasse a Frederico a dívida de R\$ 500,00. Como Frederico possuía dívida com Gilda, ele endossou o título de crédito a ela.

Tendo como referência a situação hipotética apresentada, assinale a opção **incorreta** quanto à disciplina normativa dos títulos de crédito.

- A Deve ser considerada como não-escrita, na letra de câmbio emitida por Flora, eventual cláusula de juros.
- B Se a letra de câmbio emitida por Flora portar quaisquer omissões, poderá ser completada pelo credor de boa-fé antes da cobrança ou do protesto.
- C O endosso de Frederico não pode se referir a valor inferior àquele constante da letra de câmbio.
- D Para a validade do endosso, é suficiente a simples assinatura de Frederico no verso da letra de câmbio.

QUESTÃO 82

A CBA Livraria Ltda. procedeu à liquidação antecipada de seus ativos e, por essa razão, alguns de seus credores decidiram requerer sua falência.

Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta acerca das normas que regem a falência das sociedades empresárias.

- Ⓐ Qualquer credor da CBA Livraria Ltda. pode requerer sua falência, desde que preste caução relativa às custas do processo.
- Ⓑ A CBA Livraria Ltda. pode requerer sua autofalência ainda que seus atos constitutivos não estejam regularmente registrados na junta comercial competente.
- Ⓒ O juízo competente para decretar a falência da CBA Livraria Ltda. é o do local em que se encontra o principal estabelecimento da empresa, conforme descrito no seu contrato social, ainda que, nesse local, esteja centrado o menor volume de negócios da mencionada sociedade.
- Ⓓ Citada no processo falimentar, a CBA Livraria Ltda. pode apresentar contestação no prazo de 15 dias.

QUESTÃO 83

Gregório é proprietário de apartamento que integra o Condomínio Vila Bela e pretende propor ação judicial contra o mencionado condomínio sob o argumento de que houve ofensa aos seus direitos de consumidor, ao ser majorada a taxa condominial em 300%. O síndico do Condomínio Vila Bela justificou o aumento da taxa condominial com a alegação de que a competente concessionária de serviços públicos estaria cobrando indevida taxa de esgoto, que deveria ser custeada por todos os condôminos.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta acerca do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

- Ⓐ Quanto às despesas de manutenção, aplica-se o CDC à relação jurídica entre Gregório e o Condomínio Vila Bela.
- Ⓑ Inexiste relação de consumo entre o Condomínio Vila Bela e a concessionária de serviços públicos que cobra indevidamente taxa de esgoto.
- Ⓒ O Condomínio Vila Bela não é considerado consumidor de bens e serviços de consumo, por ser apenas pessoa formal, sem personalidade jurídica.
- Ⓓ Sendo constatada relação de consumo, presume-se a vulnerabilidade de Gregório, por ser pessoa física, ao contrário das pessoas jurídicas, que devem demonstrar esse requisito de aplicação do CDC.

QUESTÃO 84

Hildete comprou, no supermercado Boas Compras Ltda., uma lâmpada da fabricante Indústria de Lâmpadas Ltda. com a indicação de 150 watts. Ao chegar em sua residência, verificou que a lâmpada era, na verdade, de 80 watts e, quando tentou utilizá-la, a mesma explodiu, causando danos materiais e morais a Hildete. Em perícia técnica, foi constatado defeito de fabricação e inadequação de acondicionamento da lâmpada no supermercado.

Com relação à situação hipotética apresentada e às normas do CDC, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ O supermercado Boas Compras Ltda. e a fabricante Indústria de Lâmpadas Ltda. respondem solidariamente pela reparação dos danos causados a Hildete.
- Ⓑ A indicação incorreta de que a lâmpada adquirida por Hildete tinha 150 watts configura vício do produto.
- Ⓒ A responsabilidade pelo vício do produto é objetiva, como em qualquer outra hipótese prevista no CDC.
- Ⓓ Os danos causados a Hildete em razão da explosão da lâmpada caracterizam o fato do produto.

QUESTÃO 85

Horácio adquiriu, na Padaria Goiás Ltda., uma garrafa de água mineral com a designação *diet*, apesar de a mesma não ter sofrido qualquer alteração em sua composição. A garrafa tinha em seu rótulo uma menção a promoção de tampinhas premiadas. Ao consumir o produto, Horácio verificou que a tampinha da garrafa de água era premiada e exigiu o prêmio da fabricante, a Indústria de Bebidas S.A. Contudo, a fabricante alegou que havia erro na grafia da tampinha apontada como premiada, negando o pedido de Horácio e atribuindo a total responsabilidade por qualquer dano à Indústria de Alumínio S.A., fabricante das tampinhas das garrafas que guarnecem os produtos da Indústria de Bebidas S.A.

Tendo como referência a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta acerca das normas do CDC.

- Ⓐ Apesar de não ter sofrido qualquer modificação em sua composição, a água mineral adquirida por Horácio pode conter em seu rótulo a qualificação *diet*.
- Ⓑ A ausência de informações de que havia tampinhas de garrafas de água mineral com defeito de impressão capaz de impedir a percepção do prêmio oferecido configura publicidade enganosa por omissão.
- Ⓒ A Padaria Goiás Ltda., a Indústria de Bebidas S.A. e a Indústria de Alumínio S.A. são solidariamente responsáveis pela reparação dos danos suportados por Horácio.
- Ⓓ A publicidade veiculada pela Indústria de Bebidas S.A. quanto às tampinhas premiadas das garrafas de água mineral é abusiva.

QUESTÃO 86

Iara comprou um microcomputador e, no contrato, o fornecedor declarou que a garantia do produto seria de um ano a contar da data da compra. O microcomputador apresentou defeito oculto e, por isso, Iara procurou o fornecedor para resolver seu problema, o que foi recusado sob a alegação de que já havia transcorrido um ano e um mês entre a data da compra e a constatação do mencionado defeito.

Tendo como referência inicial a situação apresentada, assinale a opção **incorreta** acerca das normas do CDC.

- Ⓐ O direito de Iara reclamar pelo defeito apresentado pelo microcomputador extinguiu-se quando se completou um ano da data da aquisição do mencionado produto.
- Ⓑ O microcomputador comprado por Iara é considerado produto durável.
- Ⓒ No CDC, os prazos decadenciais se referem ao vício do produto ou do serviço e os prazos prescricionais, ao fato do produto ou do serviço.
- Ⓓ Uma reclamação comprovadamente formulada por Iara perante o fornecedor enseja a suspensão da decadência até a correspondente resposta negativa.

QUESTÃO 87

Assinale a opção correta acerca das normas que regem os contratos de consumo.

- Ⓐ Em contrato de seguro-saúde, é admissível cláusula que afaste o tratamento de moléstias infectocontagiosas, desde que sejam de notificação compulsória.
- Ⓑ Nos contratos regidos pelo CDC, são inadmissíveis cláusulas contratuais que limitem direitos do consumidor.
- Ⓒ No curso do processo judicial, as cláusulas contratuais abusivas somente podem ser anuladas quando houver pedido da parte interessada, não sendo admissível ao juízo competente agir de ofício nessa hipótese.
- Ⓓ Segundo o entendimento jurisprudencial do STJ, os contratos de seguro por danos pessoais abrangem automaticamente os danos patrimoniais e morais.

QUESTÃO 88

Ivan, a fim de consertar seu automóvel, procurou oficina mecânica e solicitou orçamento de serviços. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção **incorreta** quanto às normas de defesa do consumidor.

- Ⓐ Se aprovado por Ivan, o orçamento vinculará as partes contraentes.
- Ⓑ Se for executado qualquer serviço por terceiro, não-previsto no orçamento, Ivan não se obrigará a arcar com eventual acréscimo, mesmo que reste comprovada a imperativa necessidade do mencionado serviço acrescido.
- Ⓒ O orçamento entregue a Ivan tem validade de 30 dias, salvo disposição em sentido contrário.
- Ⓓ No orçamento confeccionado pela oficina, deve constar o valor da mão-de-obra, dos materiais e dos equipamentos a serem empregados, bem como as condições de pagamento e as datas de início e término do serviço.

QUESTÃO 89

Easy Idiomas Ltda. firmou contrato de prestação de serviços publicitários com LOB Publicidade Ltda. No curso da execução do contrato, uma pesada placa de propaganda instalada pela contratada, sem os mínimos cuidados de segurança, caiu e causou danos materiais, morais e estéticos em Jurema.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta acerca das normas do CDC.

- Ⓐ No contrato de prestação de serviços firmado entre a Easy Idiomas Ltda. e a LOB Publicidade Ltda., é inadmissível cláusula de limitação de responsabilidade civil.
- Ⓑ Nessa situação, há relação de consumo entre Jurema e as pessoas jurídicas Easy Idiomas Ltda. e LOB Publicidade Ltda.
- Ⓒ O entendimento jurisprudencial do STJ é no sentido de que não são cumuláveis indenizações por danos morais e estéticos.
- Ⓓ A culpa concorrente é hipótese de exclusão do dever de indenizar, expressamente prevista no CDC.

QUESTÃO 90

No tocante a aspectos do estudo de impacto ambiental (EIA) e do direito administrativo ambiental, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Na hipótese de atividade potencialmente causadora de significativa deterioração do meio ambiente, a administração pode dispensar a realização do EIA, desde que o empreendedor se comprometa expressamente a reparar os danos ambientais que porventura venha a causar.
- Ⓑ A elaboração prévia de EIA constitui ônus do empreendedor, cabendo a este todos os custos referentes à contratação de equipe técnica especializada, cujos integrantes podem ser responsabilizados civil e penalmente pela veracidade das informações ali contidas.
- Ⓒ Caso seja constatado iminente dano ambiental decorrente da atividade licenciada, a licença ambiental expedida poderá ser suspensa ou cancelada pela administração, e seu detentor não poderá reivindicar direito adquirido.
- Ⓓ Havendo solicitação de uma entidade civil ou do Ministério Público, o órgão ambiental promoverá a realização de audiência pública para análise do EIA e seu respectivo relatório, mas suas conclusões quanto à viabilidade ou não do empreendimento não vincularão a administração, servindo apenas de parâmetro para a aprovação ou não do projeto.

QUESTÃO 91

Acerca de aspectos relativos a licenciamento ambiental, responsabilização penal e assuntos constitucionais relacionados ao meio ambiente, assinale a opção correta.

- Ⓐ Nos termos da Constituição Federal, o cerrado da região Centro-Oeste é patrimônio nacional. Por essa razão, as atividades nele desenvolvidas dependem sempre de licenciamento ambiental sob a responsabilidade do IBAMA, que deve adotar providências para garantir a utilização adequada desse ecossistema e assegurar a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
- Ⓑ A responsabilização penal da pessoa jurídica exclui a punição de natureza penal das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato, mas não impede a cominação de sanção civil.
- Ⓒ A licença prévia não poderá ser prorrogada pelo órgão ambiental, que deverá adotar as medidas tendentes a verificar se o empreendimento foi ou não instalado.
- Ⓓ A Constituição Federal abriga o princípio do desenvolvimento sustentável ao dispor que a ordem econômica tem por fim assegurar a existência digna do ser humano, atendidos os ditames da justiça social e, também, a defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.

QUESTÃO 92

Em relação à tutela penal do meio ambiente, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ A responsabilidade penal da pessoa jurídica independe da cominação de sanção administrativa em relação ao mesmo fato e somente pode existir nos casos em que a ação ou a omissão ocorrerem no interesse ou no benefício do ente coletivo.
- Ⓑ Nas normas penais ambientais em branco, a descrição do comportamento punível aparece de forma incompleta ou lacunosa, havendo necessidade de complementação por outro dispositivo, que pode ser de hierarquia normativa igual ou inferior.
- Ⓒ A existência de autorização válida do órgão ambiental para o corte de árvores em floresta de preservação permanente atua como causa de exclusão de pena no crime previsto no art. 39 da Lei n.º 9.605/1998 (“Cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente”).
- Ⓓ O abate de animal da fauna silvestre, quando realizado para a proteção de plantações ou rebanhos, não constitui crime; a lei, porém, exige que haja autorização expressa do órgão ambiental competente.

QUESTÃO 93

Com referência ao patrimônio cultural brasileiro, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ O patrimônio cultural brasileiro é constituído por bens materiais e bens imateriais, incluindo-se entre estes últimos as formas tradicionais de expressão e os modos de criar, fazer e viver.
- Ⓑ O poder público está legalmente autorizado a promover obras, com dispêndio de recursos públicos, em bem cultural tombado pertencente a particular, nas hipóteses de impossibilidade econômica do proprietário ou de urgência na realização de obras de conservação ou reparação.
- Ⓒ Incumbe ao poder público proteger o patrimônio cultural exclusivamente por meio de tombamento, cuja característica precípua reside em condicionar a forma de exercício das faculdades inerentes ao domínio, sem, contudo, eliminar o direito de propriedade.
- Ⓓ O patrimônio cultural integra a concepção de meio ambiente em sentido lato, pois, modernamente, natureza e cultura entrelaçam-se na perspectiva da promoção do bem-estar do homem.

QUESTÃO 94

A respeito da responsabilidade civil por dano ambiental, assinale a opção correta.

- Ⓐ O ordenamento jurídico brasileiro consagra a teoria maior da desconsideração da pessoa jurídica, assinalando que os bens dos sócios respondem pela obrigação de reparar um dano ambiental causado por uma empresa apenas quando ficar evidenciado desvio de finalidade, confusão patrimonial ou fraude com vistas a inviabilizar o ressarcimento dos prejuízos ambientais causados.
- Ⓑ O ordenamento jurídico brasileiro admite, em caráter excepcional, a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, razão pela qual os bens pessoais dos sócios podem responder pelos danos ambientais causados pela empresa da qual são membros mediante simples prova de insolvência da pessoa jurídica, ainda que os sócios comprovem conduta administrativa proba ou inexistência de culpa ou dolo na gestão dos negócios.
- Ⓒ O ordenamento jurídico brasileiro não admite a desconsideração da pessoa jurídica, pois esta, possuindo personalidade distinta de seus membros, responde diretamente pelos danos ambientais decorrentes de suas atividades; assim, os bens pessoais dos sócios não respondem pela obrigação de reparar prejuízo ambiental causado pela pessoa jurídica.
- Ⓓ Segundo a teoria da desconsideração da personalidade jurídica, não poderá ser desprezada a autonomia patrimonial da pessoa jurídica para fins de definição da responsabilidade civil por dano ambiental.

QUESTÃO 95**Lei n.º 9.605/1998**

Art. 54. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:

Pena – reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1.º – Se o crime é culposo:

Pena – detenção, de seis meses a um ano, e multa.

§ 2.º – Se o crime:

I – tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana;

II – causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas, ou que cause danos diretos à saúde da população;

III – causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade;

IV – dificultar ou impedir o uso público das praias;

V – ocorrer por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos:

Pena – reclusão, de um a cinco anos.

§ 3.º – Incorre nas mesmas penas previstas no parágrafo anterior quem deixar de adotar, quando assim o exigir a autoridade competente, medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível.

Com base no disposto no artigo em tela e em seus desdobramentos, assinale a opção correta.

- A A expressão “em níveis tais”, contida no *caput* do artigo, revela a existência de um tipo penal aberto, determinando que o tipo só restará configurado se forem desrespeitados os padrões de emissão de resíduos fixados pela administração ambiental.
- B A poluição que tornar uma área urbana ou rural imprópria para a ocupação humana (§ 2.º, inciso I) configura um delito autônomo, independentemente das cláusulas normativas dispostas no *caput*.
- C O *caput* do art. 54 traz a descrição de um crime de perigo abstrato e, também, um tipo aberto, em razão da presença de cláusulas normativas de caráter valorativo.
- D O § 3.º do art. 54 contém um delito autônomo de natureza omissiva e constitui uma norma penal em branco.

QUESTÃO 96**Lei n.º 9.605/1998**

Art. 38. Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção:

Pena – detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

Parágrafo único. Se o crime for culposo, a pena será reduzida à metade.

Art. 39. Cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente:

Pena – detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

Art. 40. Causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação e às áreas de que trata o art. 27 do Decreto n.º 99.274, de 6 de junho de 1990, independentemente de sua localização:

Pena – reclusão, de um a cinco anos.

(...)

Art. 52. Penetrar em Unidade de Conservação conduzindo substâncias ou instrumentos próprios para caça ou para exploração de produtos ou subprodutos florestais, sem licença da autoridade competente:

Pena – detenção, de seis meses a um ano, e multa.

A partir da análise dos artigos da Lei n.º 9.605/1998 acima reproduzidos, assinale a opção correta.

- A Haverá concurso formal entre os crimes previstos no art. 38 e no art. 39 quando a destruição de floresta de preservação permanente se der por meio do corte de árvores ali existentes.
- B Em razão do princípio da especialidade, responde apenas pelo crime do art. 40 o agente que ingressa em unidade de conservação (UC) conduzindo instrumentos próprios para exploração de produtos florestais e, com estes, causa dano no interior de uma UC, não havendo concurso formal com o crime do art. 52.
- C Não há concurso formal entre os crimes previstos nos artigos 38 e 40 quando o agente destrói floresta de preservação permanente localizada no interior de uma UC.
- D Há concurso formal entre os crimes do art. 40 e do art. 52, porquanto o primeiro é um crime de dano e o segundo é um delito de mera atividade.

QUESTÃO 97

Com referência a diversos aspectos relativos ao direito ambiental, assinale a opção **incorreta**.

- A** Considerando as regras de repartição de competências fixadas na Constituição, os estados só podem exercer o poder de polícia em matéria de proteção ao meio ambiente no que diz respeito às normas ambientais por eles editadas.
- B** A cominação de multa pelo juiz em sentença que julga procedente uma ação penal por crime ambiental não interfere no poder da administração de aplicar sanção pecuniária em razão daquele mesmo fato submetido à apreciação do juízo penal.
- C** De acordo com a legislação ambiental, a construção, a instalação, a ampliação e o funcionamento de atividades capazes, sob qualquer forma, de causar significativa degradação ambiental de âmbito regional dependerão de prévio licenciamento do IBAMA.
- D** Os agentes das capitâneas dos portos, do Ministério da Marinha, têm competência legal para exercer o poder de polícia em matéria de proteção ao meio ambiente, podendo lavrar autos de infração em caso de dano causado no mar territorial.

QUESTÃO 98

Acerca do Código de Organização e Divisão do Poder Judiciário do Estado do Acre (CODPJ-AC) e do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (RI-TJAC), assinale a opção correta.

- A** As vagas de desembargador devem ser preenchidas por juízes de carreira, mediante promoção, por antiguidade ou por merecimento, alternadamente, por escolha do Tribunal Pleno, por meio de ato do seu presidente, ressalvado um quinto dos lugares, que deve ser preenchido por advogados ou membros do Ministério Público, na forma prevista na Constituição Federal.
- B** O presidente, o vice-presidente e o corregedor-geral do TJAC não podem integrar nenhuma das câmaras, pois haveria prejuízo das funções regimentais ou delegadas.
- C** Conflitos de competência entre juízes de primeiro grau de jurisdição devem ser dirimidos pelo Tribunal Pleno.
- D** A Câmara de Férias, composta pelo presidente, pelo vice-presidente e pelo corregedor-geral da justiça, deve funcionar nos períodos de recesso e de férias coletivas dos membros do tribunal e tem competência para decidir as demandas que lhe forem apresentadas.

QUESTÃO 99

Quanto ao CODPJ-AC e ao RI-TJAC, assinale a opção correta.

- A** Cabe ao Tribunal Pleno dar posse aos magistrados, inclusive aos de primeira instância.
- B** Um juiz pode ser removido, de forma justificada e por motivo de interesse público, desde que isso seja decidido por maioria absoluta do Tribunal Pleno.
- C** Um juiz que estiver respondendo a processo administrativo disciplinar ou judicial que possa gerar a perda do cargo não pode concorrer à promoção.
- D** A remoção de juízes, a pedido, mesmo que para outra vara dentro da mesma comarca, somente pode ser deferida após um ano de exercício na respectiva comarca.

QUESTÃO 100

Acerca do CODPJ-AC e do RJ-TJAC, assinale a opção correta.

- A** Em comarca com mais de uma vara, deve haver, pelo menos, uma cível e uma criminal, cabendo à vara cível a corregedoria permanente dos cartórios extrajudiciais e as atribuições relativas ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Nessa hipótese, não deve haver vara com competência sobre registros públicos nessa comarca.
- B** É dever do magistrado comparecer ao fórum, com até 15 minutos de tolerância, e aí permanecer enquanto for necessário ao serviço, atendendo pessoalmente aos advogados, às partes e aos demais interessados, salvo quando ocupado em diligências judiciais fora do juízo.
- C** Cada comarca deve constituir-se de uma ou mais circunscrições judiciárias, em área contínua, e deve ter como sede a circunscrição principal.
- D** A composição e o funcionamento dos juzizados especiais, bem como os procedimentos a eles relativos, são objetos de lei de iniciativa do TJAC, observadas as regras estabelecidas pela Constituição Federal.